UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS - CCHEL CURSO DE HISTÓRIA

LUANA MILANI PRADELA

JORNAL NOSSO TEMPO: OPOSIÇÃO A DITADURA MILITAR NOS ANOS DE 1980 A 1985

> MARECHAL CÂNDIDO RONDON 2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS - CCHEL CURSO DE HISTÓRIA

LUANA MILANI PRADELA

JORNAL NOSSO TEMPO: OPOSIÇÃO A DITADURA MILITAR NOS ANOS DE 1980 A 1985

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito básico para a obtenção do título de licenciado em História pela universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon.

Orientador: Gilberto Grassi Calil

MARECHAL CÂNDIDO RONDON 2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS - CCHEL CURSO DE HISTÓRIA

LUANA MILANI PRADELA

JORNAL NOSSO TEMPO: OPOSIÇÃO A DITADURA MILITAR NOS ANOS DE 1980 A 1985

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito de conclusão de curso de Licenciatura em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Banca Examinadora

Gilberto Grassi Calil (Orientador)

Carla Luciana Silva

Claudia Monteiro

MARECHAL CÂNDIDO RONDON 2015

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

EU, Luana Milani Pradela, declaro para os devidos fins que o conteúdo deste trabalho de conclusão de curso é de minha exclusiva autoria, assumindo, portanto, totais direitos e responsabilidades sobre ele.

n	·			_			١ ـ .		-		. : .		
ľ	N	n	m	Δ	α	L	103	മവ	Δ	m	11/	~~	J.
	N	U			do		100	λu	C		ич	ノ	J.

Assinatura:

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à minha família, minha mãe Edimarcia, meu pai Amarildo e minha irmã Juliana, por sempre terem apoiado minhas escolhas e incentivado a minha busca por conhecimento. Vocês são a minha vida.

Agradeço aos bons amigos que fiz em Marechal, que tornaram minha vida nesta cidade mais fácil e me ajudaram a enfrentar as dificuldades que surgiram ao longo desses quase cinco anos. Obrigada Mariah, Nayara, Elionay, Jordana, Paulinho, Raiane, Bárbara, Fabiana, Vânia, Marília, Angélica (Keka) Marcos, Luan, Nicolas, Vanessa (Totó), Diego (Ubi) e Dani, Pedro e Dai, Gabriel, Soraya, Pablo, Hugo, Felipe, Anna e a minha família rondonense, Nicole e Daniel.

Agradeço aos professores que fizeram parte da minha formação acadêmica e que de uma forma ou outra, me ajudaram a ser uma pessoa melhor.

Por fim, agradeço ao meu orientador, Gilberto, a professora Carla por ter me dado um "pontapé" inicial, indicando minhas primeiras leituras sobre a temática Ditadura e Imprensa, e a professora Cláudia por ter aceitado meu convite para minha banca examinadora.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso pretende apresentar o resultado das fontes analisadas no projeto de iniciação científica de mesmo título, tendo por objetivo análise do jornal Nosso Tempo, inserido processo de abertura "democrática" chamado de projeto de distensão - no Brasil nos anos finais da Ditadura Militar instaurada no ano de 1964. Projeto este que resultaria na democracia burguesa vigente. Tal discussão tem por base as edições do Jornal produzido em Foz do Iguacu entre anos de 1980 a 1994. Porém, a análise aborda os anos de 1980 (ano de sua criação) a 1985, ano que marcou a eleição de Tancredo Neves, primeiro presidente não militar após vinte anos de ditadura. Nosso Tempo constituiu-se enquanto um jornal de oposição à ditadura, atuando, portanto, enquanto uma mídia alternativa à mídia empresarial, que possuía (e ainda possuí) vínculos políticos e econômicos que garantiram a concretização e manutenção da ditadura militar. As edições possibilitam encontrar denúncias e reportagens que abordavam aqueles que sofriam diretamente com as arbitrariedades do governo militar no Paraná e no Brasil, dando espaço e "voz" a quem não tinha presença nos meios de comunicação vinculados a mídia empresarial. Dessa forma, é possível perceber a violência praticada pelos órgãos policiais, práticas de corrupção pelos agentes do governo, as desapropriações efetuadas pela construção da Hidrelétrica Itaipu Binacional, o processo de disputa eleitoral e a busca por eleições diretas.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Nosso Tempo; Projeto de distensão.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Publicidade no Jornal Nosso Tempo	11
Figura 02 - Charge sobre democracia e violência Fiegueiredo	•
Figura 03 - Charge sobre arbitrariedades do PDS	12
Figura 04 – Capa primeira edição	13

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I – Jornal Nosso Tempo a partir da abordage Gramsciana CAPÍTULO II – Processo de Abertura Democrática	17
CAPÍTULO III – Abordagem do Jornal Nosso Tempo	33
3.1. A Realidade de Foz do Iguaçu	33
3.2. Lei de Segurança Nacional e as eleições	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
FONTES	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72

CAPÍTULO I

JORNAL NOSSO TEMPO A PARTIR DA ABORDAGEM GRAMSCIANA

"O trabalho educativo-formativo desenvolvido por um centro homogêneo de cultura, a elaboração de uma consciência crítica (por ele promovida e favorecida) sobre uma base histórica que contenha as premissas concretas para tal elaboração, esse trabalho não pode limitar-se à simples enunciação teórica de princípios claros de método (...) O trabalho necessário é complexo e deve ser articulado e graduado: deve haver dedução e indução combinadas, a lógica formal e a dialética, a identificação e distinção, demonstração positiva e destruição do velho. Mas não de modo abstrato, e sim, concreto, com base no real e na experiência efetiva." – (GRAMSCI, 2001, p.206)

A imprensa, derivada da palavra "impressa", constituiu-se ao longo do tempo como um meio de difusão de ideais e concepções. Uma evidência bastante clara disto foi seu papel durante a Revolução Francesa, atuando na disputa pelas opiniões públicas, confrontando as concepções dominantes e difundindo seus ideais sobre o liberalismo clássico. Esta atuação incessante de difusão por parte dos sujeitos, em busca de uma mudança radical na estrutura do Estado, acarretou na cooptação de um grande número de pessoas e consequentemente, num processo revolucionário.

Pois bem, o processo da Revolução Francesa, brevemente relembrado aqui, remete-nos ao foco de análise proposto ao papel desempenhado pelo Jornal *Nosso Tempo*, fonte de análise deste trabalho, enquanto um meio de difusão de perspectivas, agindo na desconstrução de visões elaboradas no período em que foi produzido.

Primeiramente, é importante pensarmos no jornal enquanto fonte histórica. Por muito tempo relutou-se quanto à utilização de periódicos na análise histórica, tendo em vista uma tradição positivista da História, em que a verdade histórica encontrava-se nos chamados documentos oficiais, expedidos por órgãos de poder e os personagens históricos eram apenas os grandes líderes. As fontes, portanto, deveriam ser marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade e credibilidade, além de estarem distantes

temporalmente o suficiente do historiador, e este não deveria ter qualquer envolvimento com sua fonte.

As mudanças ocorridas no cenário historiográfico, principalmente como surgimento da Escola de Annales no século XX, permitiu a expansão das fontes utilizadas para análise histórica, não mais se limitando às produzidas pelos órgãos de poder. Tal abordagem pretendia ir além da história positivista, possibilitando análises das atividades humanas, aproximando-se das ciências sociais e rompendo com a divisão estruturada das ciências humanas.

A partir do avanço no cenário historiográfico, os periódicos ganharam espaço entre as fontes, tanto os produzidos pelas frações da classe dominante, quanto pela classe trabalhadora. Mas a utilização de periódicos na análise histórica requer procedimentos teóricos e metodológicos presentes na função do historiador.

Um periódico (como jornais e revistas) não pode ser levado como verdade absoluta. É preciso enumerar uma série de elementos que devem ser pensados durante a análise: Quem produziu; quando; sob quais condições; para quem é direcionada a produção; quais os vínculos políticos e econômicos dos produtores; quais seus posicionamentos políticos e sociais; a quem serve tão produção; que vozes têm espaço na produção. Muito importante também, é se debruçar sobre leituras específicas sobre o período em que o periódico foi produzido, pois se deve levar em consideração o que estava acontecendo no momento.

Dessa forma, o periódico (no caso em questão, um jornal) pode permitir ao historiador encontrar muitas respostas, desde que sejam feitas as perguntas certas a fonte.

Nesse sentido, é preciso também ter um embasamento teórico, partir de uma perspectiva para efetuar a análise, pois o historiador não é neutro, ele possui um ponto de vista, sua subjetividade, que somada aos procedimentos teóricos e metodológicos, alcançam efetivação de seu ofício.

O jornal analisado aqui, *Nosso Tempo* surgiu – como apresentado na introdução – nos anos finais da Ditadura Militar no Brasil, em 1980, com um posicionamento crítico em relação ao regime bastante explícito, expondo constantemente críticas ao sistema, aos políticos e à elite brasileira, em especial de Foz do Iguaçu. Surgiu como uma forma de "dar voz" a quem não

tem espaço nas mídias empresariais, já que estas se organizam a partir de vínculos políticos e econômicos que determinam quais visões serão reproduzidas.

Portanto, ao exercer essa função de difundir uma determinada concepção, a imprensa assim como *Nosso Tempo*, é denominado como aparelho privado de hegemonia ou contra hegemônicos, um conceito desenvolvido por Antonio Gramsci, que nos remete

para a organização e, portanto, para a produção coletiva de visões de mundo, da consciência social, de formas de ser adequadas aos interesses do mundo burguês (a hegemonia) ou, ao contrário, capazes de opor-se resolutamente a este terreno dos interesses (corporativo), em direção a uma sociedade igualitária ("regulada") na qual a eticidade prevaleceria, como o momento eticopolítico da contrahegemonia).(FONTES, 2010, p.134, grifos nossos).

Neste sentido, *Nosso Tempo*, é analisado a partir de uma produção que se opõe aos interesses corporativos, como abordado por Virginia Fontes (2010), e assim, contra aos interesses hegemônicos (burgueses).

Hegemonia é outro conceito trabalhado por Gramsci, que indica a capacidade de uma classe de elaborar uma visão de mundo própria, afirmando essa visão enquanto projeto para si e para a sociedade e direcionando as demais classes, que passam a ser subordinadas (DIAS, 1996, P.10). Tal Hegemonia é possível a partir da difusão de uma determinada visão, com base na capacidade de um grupo organizado de difundi-la e fazê-la "suprema", e esse grupo organizado é o que Gramsci chamou partidos.

Assim, os aparelhos privados de hegemonia, que difundem uma determinada visão, constituem-se a partir de uma atuação partidária – agem enquanto partidos¹ – um agente ativo na constituição de um processo político, que como vimos na citação acima, pode agir de forma a difundir um posicionamento oposto à ordem vigente ou um posicionamento que a reafirme.

Desta forma, os partidos ou aparelhos privados de hegemonia ao serem organizados por classes diferentes, com objetivos diferentes, disputam visões

1

¹Gramsci identifica enquanto ação partidária – ou como ele denomina: partidos – a organização de um grupo com ideais comuns na busca de inseri-los na sociedade e constituir uma hegemonia, não se resumindo apenas as siglas partidárias institucionais.

de mundo. Esta disputa é denominada por Gramsci de "guerra de trincheiras" ou "guerra de posição", em que os dois lados opostos disputam uma perspectiva, assim os aparelhos privados de hegemonia disputam o consenso de uma perspectiva, cada um de um lado se confrontando como se estivessem em trincheiras. *Nosso Tempo*, ao se constituir por um jornal de oposição a ordem vigente na época, é identificado como um aparelho privado contra hegemônico.

Essa guerra, ou esses aparelhos privados, está localizada na sociedade civil, o espaço de embate pela hegemonia de um consenso, ou ainda, o espaço em que se dá a luta de classes, pois para Gramsci, a luta de classes atravessa o conjunto da vida social difusa por esses aparelhos (FONTES, 2010, p. 136). Deste ponto de vista, existe ainda a sociedade política, em que costuma-se classificar como o âmbito do executivo, legislativo e judiciário.

No entanto, as teorias gramscianas nos trazem a relação entre sociedade civil e sociedade política, pois mesmo separados "teoricamente", um influencia na constituição do outro. É a partir da sociedade civil que criam os instrumentos para se justificar a hegemonia e permanência do Estado, mesmo que no discurso, um se diga desvinculado do outro. Aparelhos privados de hegemonia, principalmente a Grande mídia (mídia corporativa), se dizem "apolíticos", "neutros", como se a difusão de suas informações carregadas de intencionalidade não tivessem relação com manutenção ou o questionamento de uma ordem social. Como aponta Virgínia Fontes,

muitos partidos políticos e jornais – na maioria das vezes diretamente comprometidos com determinados segmentos de classe – tendem a apagar tal comprometimento, apresentandose seja como a expressão da 'unidade nacional' ou como portavozes de uma neutralidade informativa inexistente. Todos, porém, são formas organizativas que remetem às formas da produção econômica (a infraestrutura) e a política (ao Estado), embora sua atuação seja eminentemente de cunho cultural. (FONTES, 2010 p.134)

Da mesma forma, o Estado não é autônomo, desvinculado da sociedade civil. Devemos desconstruir a imagem de um Estado enquanto sujeito, agente de suas próprias ações, ou objeto de manipulação de um grupo determinado. O Estado é resultado da relação entre sociedade civil e sociedade política, bem como das relações sociais e aparelhos privados de hegemonia que convencem

e legitimam (localizados na sociedade civil). Essas relações e a disputa de perspectivas a partir dos aparelhos privados de hegemonia é que garantem a permanência das classes dominantes enquanto dominantes. Essa correlação entre sociedade civil e sociedade política constitui o que Gramsci denominou de Estado Integral ou Estado ampliado. Como sintetiza Virginia Fontes,

Nessa relação ampliada entre Estado e sociedade civil, o convencimento se consolida em duas direções – dos aparelhos privados de hegemonia em direção à ocupação de instâncias estatais e, em sentido inverso, do Estado, da sociedade política, da legislação e da coerção, em direção ao fortalecimento e à consolidação a direção imposta pelas frações de classe dominante através da sociedade civil, reforçando a partir do Estado seus aparelhos privados de hegemonia. (FONTES, 2010, p.136)

Nesse sentido, uma das funções e objetivos dos aparelhos privados de hegemonia vinculados a uma concepção de mundo capitalista e defensora dos direitos da propriedade privada é criar estratégias para criar o consenso sobre uma determinada forma de sociedade, fazendo com que o trabalhador deseje o capital e rejeite outras possibilidades de sociedade, principalmente as que tiverem relações com o socialismo/comunismo. Como aponta Edmundo Dias,

Trata-se de produzir um operário parcelar, descontínuo e, acima de tudo, inteiramente subordinado ao capital. Um trabalhador que, por medo de perder o emprego, defende não apenas a produtividade do capital (a superxploração) e, no limite, a demissão a demissão dos seus companheiros. (DIAS, 1996, p. 42)

Assim, evita-se formas de questionamento sobre as condições de vida e de trabalho ou do status quo.

Durante a Ditadura Militar, a utilização da mídia empresarial como forma de reafirmar o golpe de 64 e a permanência do regime, foi uma arma poderosa. Mesmo que houvesse a censura prévia, muitos aparelhos midiáticos foram compostos a partir de vínculos políticos e econômicos que garantiam a defesa das frações da classe dominante (participantes diretos do golpe) e do grande capital. Grupos como Editora Abril, Globo e jornais do grupo Folha, foram grandes fomentadores da Ditadura. (SILVA, 2011, p.76).

Outro apontamento importante que Gramsci traz é que a constituição dos partidos ou aparelhos privados de hegemonia é organizada em todos os

seus aspectos por determinados sujeitos, considerados os "intelectuais orgânicos", responsáveis por todas as funções, desde a produção até a administração política, mesmo que não sejam intelectuais profissionais (DIAS, 1996, p.28). Sintetizando, todo aquele que tenha a capacidade de organizar e difundir uma determinada ideia, a partir da constituição de um partido, é considerado um intelectual, mesmo que seja um analfabeto.

Porém, essa organização ocorre de forma muito mais precária dentro da classe trabalhadora, enquanto que para a classe dominante, ocorre de maneira facilitada. Essa questão é bastante objetiva, basta refletirmos sobre as condições de vida do trabalhador. Ao vender sua força de trabalho, submete-se a longas horas dedicadas geralmente a uma função específica, algo fortalecido com o surgimento do "taylorismo".²

Além disso, os trabalhadores dispõem de uma educação pública precária, e por pertencer ao Estado, a escola reproduz um visão hegemônica (burguesa), assim como a escola privada também reproduz, submetendo o trabalhador a uma racionalidade dominante, que somada a reprodução pelos meios midiáticos, dificilmente terão um processo de formação político que contrarie esta perspectiva dominante. Enquanto isso, a classe dominante tem maior disponibilidade de criar seus meios de difusão de sua visão de mundo. Edmundo Dias aborda essa questão no seguinte trecho:

Para a perpetuação dos saberes dominantes, a questão é facilitada. Seus intelectuais (os únicos que eles reconhecem como tais) passam muito tempo afastados das tarefas imediatas da obtenção da sobrevivência. Passam por um processo que Gramsci chama de taylorização do saber e atuam no desenvolvimento do já existente. Sua expressão é, no fundamental, econômico-gerencial para dar maior racionalidade à prática capitalista. Para os intelectuais das classes subalternas, o terreno é mais pedregoso. Em geral não podem permanecer tanto tempo na escolarização – taylorização do saber e, fundamentalmente, têm que responder como criar o novo, como pensar e construir o futuro. Sua expressão se dá, principalmente, no campo da política." (DIAS,1996, p.31, Grifo nosso)

22

Denominação dada a concepção de produção desenvolvida por Frederick W. Taylor, cujas principais características são a sistematização e hierarquização do trabalho, impulsionando sua divisão e alienando o trabalhador do processo completo de produção.

Portanto, a possibilidade do trabalhador de ter acesso e difundir uma outra visão de mundo se torna bastante restrita, ocorrendo na participação política direta, como em manifestações, greves, paralisações.

Dias, porém, aponta que o trabalhador encontra uma forma possível de se organizar geralmente em sindicatos e partidos (DIAS, 1996, p.22) o que possibilita uma discussão política mais classista (quando o sindicato não é pelego) e meios de reprodução, a partir de blogs, jornais, cartilhas do próprio partido (num sentido institucional) e sindicato. Lembrando que o material produzido a partir de tais instrumentos, depende do trabalho e da verba coletiva de seus próprios membros ou da venda dos materiais, não ocorrendo de forma tão expansiva quanto a mídia empresarial.

Essa discussão nos remete diretamente ao Jornal *Nosso Tempo*, pois seus editores tiveram a possibilidade de uma formação política e/ou acadêmica, a qual os trabalhadores em sua maioria não têm. Juvêncio, por exemplo, era formado em letras e atuou enquanto militante no sindicato dos professores do Paraná durante o período da Ditadura. Aluízio, por sua vez, foi militante do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e organizador do MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de outubro, enquanto João Adelino era jornalista de formação.

Suas relações políticas e acadêmicas os permitiram ter acesso a uma visão de mundo diferenciada, no mínimo questionadora do regime vigente. Mas não podemos esquecer, que a tiragem do jornal era local (Foz do Iguaçu - Paraná), e que mesmo que com o tempo tivesse expandido seu alcance, os editores passaram por diversas dificuldades financeiras para produzi-los, diferentemente da mídia empresarial, que possui de fato empresas responsáveis por sua divulgação em massa.

Dias aponta para a necessidade que os aparelhos privados de hegemonia vindos da classe trabalhadora tinham de desconstruir o discurso antigo (burguês) e construir um novo (classista), pois não se trata apenas do discurso crítico, e sim de sua interferência social (DIAS, 1996, p.18)

Porém, é necessário salientar que as edições não tinham objetivamente um caráter revolucionário, como foi observado ao longo da análise, pois não abordava diretamente um processo de ruptura com o sistema capitalista. Mas o que se deve levar em questão para compreender esse posicionamento do

jornal é o período em que foi produzido: durante a Ditadura Militar, cujo objetivo do momento era o retorno à democracia.

Apesar disso, as reportagens tiveram grande impacto, ocasionando o enquadramento dos editores na Lei de Segurança Nacional e consequentemente na prisão do editor chefe, Juvêncio Mazzarollo.

CAPÍTULO II

PROCESSO DE ABERTURA DEMOCRÁTICA

A produção do jornal *Nosso Tempo*, como já observado, se deu nos anos finais da Ditadura Militar¹ no Brasil (1980-1985). Porém, para a compreensão do período em questão é preciso retomarmos um pouco a história, o contexto que deu início a este processo de abertura.

Bernardo Kucinski, um dos primeiros autores a se debruçar sobre essa discussão, ainda na década de 1980, traz para o campo historiográfico crítico uma versão diferente da que a Mídia empresarial² ou a historiografia revisionista³ abordam quando afirmam que o processo de abertura teria sido resultado das ações diretas dos militares Ernesto Geisel e João Figueiredo, como se fosse uma decisão do próprio governo militar.

Kucinski mostra que motivos mais amplos foram responsáveis pelo declínio do regime:

A ditadura brasileira foi sacudida de alto a baixo, em 1974, pela alta do petróleo e pela votação esmagadora nos candidatos da oposição ao Senado. O novo preço do petróleo minou a base econômica do milagre brasileiro, encerrando uma fase de expansão espetacular do capitalismo, da qual o 'milagre' era ao mesmo tempo uma consequência e uma de suas manifestações mais notáveis. (KUCINSKI, 1982, p.14) (grifos nosso)

A partir deste trecho podemos perceber fatos históricos que ocorriam naquele momento e que favoreceram a decadência do regime militar. O primeiro elemento mostra um processo natural, que é o do esgotamento do

¹ Para se compreender o termo Ditadura Militar, parto da concepção dreyfussiana, em que o processo golpista e de permanência do regime teve grande participação da sociedade civil empresarial, membros da classe dominante e não apenas militar. Dreyfuss utiliza o termo Ditadura Civil Militar, o qual não se remete a uma aceitação popular do governo ditatorial. In: DREIFUSS, René. **1964: A conquista do Estado.** Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Editora Vozes, Petrópoles – RJ, 1981.

²Definido aqui como conjunto de veículos de comunicação vinculados a grandes grupos econômicos e políticos agindo enquanto empresas, com intuito de grandes lucros na venda de informações.

³ Definido aqui como produções historiográficas que são reescritas tem o sentido de elaborar perspectivas confortáveis para determinados grupos políticos e/ou econômicos.ln: MELO, Demian Bezerra de. **A miséria da historiografia**: o revisionismo historiográfico 40 anos depois do golpe de 1964 / Demian Bezerra de Melo. – Rio de Janeiro, 2005

ciclo do petróleo barato e o segundo, mostra a intervenção popular diante do descontentamento com os resultados do regime.

A alta do petróleo havia garantido ao Brasil uma expansão econômica acelerada, resultando no que ficou conhecido como "milagre econômico". Porém, o chamado milagre, foi milagre de fato apenas para os grandes empresários, garantindo lucros mirabolantes às empresas oligopolistas, nacionais e estrangeiras (FONTES E MENDONÇA 2006, p.22), enquanto que para os trabalhadores, sobrou a função de gerarem estes lucros com base no arrocho salarial, pois os reajustes salariais não acompanhavam a inflação, o que fazia com que os patrões pagassem valores abaixo do que era de direito, e na sua superexploração.

Esse avanço econômico garantia um bom relacionamento entre as frações da classe dominante, que se aproveitavam de forma equivalente dos lucros, não gerando conflitos diretos entre elas. No entanto, com a crise que chegou junto ao esgotamento do petróleo barato, iniciou-se um clima de descontentamento entre as elites brasileiras.

O "carro-chefe" do milagre brasileiro, a indústria do automóvel, também teve seu declínio com o aumento do valor do petróleo. O governo brasileiro havia supervalorizado a disponibilidade de petróleo barato, baseando nele a expansão de seu parque produtivo, seus transportes e o consumo de energia, não se dando conta de que as jazidas baratas se esgotariam e precisariam investir em instrumentos que permitissem a busca de petróleo em lugares mais difíceis. (KUCINSKI, 1982, p.25)

Com a queda do petróleo, portanto, o governo passou a contrair dívidas externas para poder suprir o rombo da crise. Essa e outras ações do governo militar fizeram com que as elites percebessem as condições que os alcançaria, e passaram a organizar uma campanha ideológica contra o que chamavam de "estatização da economia", ou seja, contra o desenvolvimento das indústrias estatais em oposição as privadas, já que com a economia em baixa, teriam que disputar recursos.

Portanto, "diante do medo de que a crise do milagre levasse os militares, que detinham o controle dos mecanismos de poder, a decisões contrárias aos interesses dos grandes grupos econômicos" (KUCINSKI, 1982, p.25) esses

grupos exigiam que o governo militar se tornasse um poder moderador, ou seja, que o poder executivo, até então inflado, reduzisse seu poder.

Mas claro que essa desinflação do poder do governo, preço aceito pelos grupos econômicos para não perderem seus privilégios econômicos, deveria ocorrer a partir de salvaguardas⁴ legais prontos para agir na garantia da "ordem e da segurança" do exercício do governo.

O segundo ponto é o avanço da oposição no Senado e no cenário popular. Em novembro de 1974, "o resultado das eleições gerais mostrou que os militares já não podiam contar com a vitória certa no curioso jogo eleitoral que eles mesmos haviam criado em 1965, quando dissolveram os 11 partidos políticos existentes" (KUCINSKI, 1982, p.37).

O regime militar constituiu-se então a partir do bipartidarismo entre a ARENA (partido do governo) e o MDB (suposta oposição, como forma de dar legitimidade ao regime). Em 1974, então, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), caracterizado pela participação de oposicionistas populares e liberais, venceram as eleições no Senado com 14,5 milhões de votos, enquanto a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) teve 10,1 milhão.

Este acontecimento era resultado da escolha popular que, entre um partido representativo do governo e um de oposição, escolhia sua única opção contra o governo, revelando sua insatisfação com o regime. Era a representação dos efeitos do então milagre econômico, que na verdade trouxe à população graves consequências.

O período do "milagre" foi o de grande impulso à industrialização com base nos vínculos internacionais. O segredo deste momento, para facilitar o acúmulo financeiro, era o arrocho salarial. Para garantir o silêncio dos trabalhadores, criou-se uma legislação salarial e trabalhista em 1965, que visava entre seus objetivos, a submissão do trabalhador a sindicatos "assistencialistas" e menos politizados, que impedissem a organização efetiva dos trabalhadores, além da extinção do direito de greve. (FONTES E MENDONÇA, 2006, p.22). Seriam estes os chamados sindicatos pelegos.

Quanto à política salarial, aplicou-se uma disciplina antiinflacionária seletiva contra os trabalhadores, enquanto para os outros setores, haviam

_

⁴Garantias de defesa.

benefícios, como os de créditos. Além disso, os ganhos possibilitados no período do milagre, os lucros gerados pelos trabalhadores às empresas, não eram incorporados proporcionalmente aos seus salários. (MENDONÇA E FONTES, 2006, p.24 e 25).

Essa situação fez com que os trabalhadores procurassem repor sua renda recorrendo a extensão da jornada de trabalho e a intensificação do trabalho familiar, em que todos os membros da família passaram a trabalhar fora, resultando no aumento do trabalho feminino e infantil. (MENDONÇA E FONTES, 2006, p.26)

Outro aspecto relevante é o êxodo rural decorrente nesse período, gerando a intensificação populacional nos centros urbanos devido à propaganda institucional do crescimento do Brasil e a suposta erradicação da pobreza, e um maior número de trabalhadores desempregados. Enquanto isso, o campo era tomado pelas novas culturas mecanizadas. (KUCINKSKI, 1982, p.39)

Esses elementos nos permitem visualizar a situação em que os trabalhadores se encontravam. Virginia Fontes e Sonia Regina Mendonça nos trazem um quadro comparativo, demonstrando que em 1970 os 20% mais ricos do país apropriavam-se de 67% da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres, dispunham de apenas 17,7% da renda (FONTES E MENDONÇA, 2006, p.32).

A concentração urbana gerava a inflação das periferias, favelas e habitações coletivas precárias. Diante do aprofundamento da miséria, e do temor das elites durante o período de crise do petróleo de que os militares tomassem medidas contra seus interesses, a oposição emedebista ascendia.

Diante desse contexto, dava-se início ao processo de abertura, de um regime que não conseguia mais se sustentar da mesma forma que em seus primeiros anos. Tal processo se deu com a ascensão de Geisel ao poder, um militar pertencente à ala castelista⁵, ala que geriu o processo de abertura, por ter ligações fortes com a economia estrangeira, incluindo participação direta

_

⁵Castelistas eram os membros da ala militar ligada a Castelo Branco, com origem na antiga UDN (União Democrática Nacional), partido da oligarquia cafeeira e do capital bancário. Via a democracia como um objetivo distante, no estilo da norte-americana, que impedisse a real participação das massas. (KUCINSKI, 1982, P.16).

nas empresas por membros da ala castelista, procurando garantir seus próprios interesses.

E foi no seu governo que se deu início à transição da Ditadura Militar à Nova República, num processo que nos levaria a forma "democrática" do Estado burguês, sem que ocorresse a desmontagem da institucionalidade autoritária, que foi mantida. (MACIEL, 2004, p.85)

Esse processo, advindo das "fissuras" entre as frações das classes no poder definidas pelas contradições do padrão de acumulação de capital, desenvolveu-se com a garantia de que haveriam limites, as chamadas salvaguardas⁶, que evitariam a eclosão de uma crise de hegemonia, ou seja, a perda do poder pelas classes dominantes para demandas populares, ou mesmo para o radicalismo das demandas burguesas. (IDEM, p.86).

Uma das primeiras medidas da primeira etapa do projeto de transição, após um ciclo de cassações aos políticos do MDB sob a justificativa de corrupção foi a edição do Pacote de Abril, um conjunto de leis outorgado no dia 13 de abril de 1977.

Tal Pacote consistia basicamente em: 1) Controle do processo legislativo (diminuição do quórum pra a aprovação de emendas à Constituição) e regras que evitavam que o governo perdesse, como a criação do senador biônico; 2) Controle executivo Federal; ampliação do mandato; 3) Controle dos executivos estaduais: sistema de eleição indireta para governadores de estados; 4) Restrição das campanhas eleitorais, instituindo a Lei Falcão a nível nacional, até então determinada para eleições estaduais. Esta lei consistia no fim do horário livre na televisão para os candidatos. (KUCINSKI, 1982).

O governo Geisel lidava ainda com outro problema: a crise dos desaparecidos. Diante da procura incessante por familiares e amigos de desaparecidos, e da participação de um setor da Igreja Católica nesta busca, a Comissão de Justiça e Paz⁷, a mídia não poderia se calar. Principalmente após o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, vítima das torturas dentro da prisão, e que teve sua morte dada com o suicídio pelos setores militares.

⁷ A comissão de Justiça e Paz foi criada no Brasil nos anos 1972, pelo arcebispo Don Paulo Evaristo Arns, com o intuito de proteger e auxiliar os sujeitos perseguidos pela Ditadura Militar e seus familiares. Vinculava-se a Arquidiocese de São Paulo. Informações retiradas de: http://agemt.org/?p=2937 – Acesso em: 20 de maio de 2015

⁶ Salvaguarda: Proteção; cautela; ressalva. Dicionário online: http://www.priberam.pt/dlpo/ -acesso em: março de 2015

Diante de mais esse fato, o MDB passou a ser visto pela oposição como uma alternativa interessante, recebendo mais tarde o próprio apoio do PCB. Porém, sua ação ocorreu de forma vigiada para que o partido não ultrapassasse o limite da oposição e passasse para a contestação.

O Pacote de Abril foi, portanto, a primeira etapa deste processo de transição, cumprindo com o seu papel de reafirmar a capacidade do governo de conduzir tal processo, "mesmo que sob o acirramento das contradições civis e militares do bloco no poder". (MACIEL, 2004, p.150).

Apesar de cumprir com seu objetivo, o Pacote de Abril gerou o aprofundamento da crise no bloco no poder e o relativo isolamento político do governo militar, desenvolvendo-se oposições anticesarista⁸ e antiautocrática⁹.

O próximo passo neste processo de "abertura" foi a criação da Missão Portella, que consistia na tentativa de negociação de reformas políticas pelo governo junto ao partido de oposição e às entidades da sociedade civil vinculadas à oposição burguesa (anticesarista)." (MACIEL, 2004, p.162). Uma de suas principais alterações, seria a constitucionalização do AI-5, ou seja, criação de medidas de segurança que possibilitasse a defesa do Estado, a serem acionadas quando necessário pelo poder Executivo.

Portanto, as ações repressivas do governo não acabaram, apenas sofreram modificações na forma de executá-las. A autocracia do governo se manteve neste processo, para impossibilitar que as demandas populares tomassem espaço, a partir de reformulações e retiradas de decretos, nada que se modificasse substancialmente, ou revogasse leis como a de Imprensa e o decreto 477 que proibia atividades políticas nas universidades.

Uma evidência disso foi a aprovação da Nova Lei de Segurança Nacional, em que a organização de greves em serviços públicos e /ou essenciais, era crime contra a segurança nacional, de forma a conter a organização trabalhista que se dava nesse momento. Assim, a autoridade e os abusos de poder cometidos, mantiveram-se.

Uma segunda fase do processo de abertura seria com a ascensão de Figueiredo a presidência, o candidato de Geisel, que duraria entre os anos de

_

Oposição a um governo despótico.

⁹ Oposição a um governo que se baseia na restrição das liberdades dos governados.

1979 a 1985, dando sequência a contenção de uma crise de hegemonia a partir de reformas institucionais. (MACIEL, 2004, P.207).

Entre as medidas do governo Figueiredo está o fim do bipartidarismo, uma estratégia para desarticular o sistema oposicionista, dividindo e ampliando a manobra do governo a partir do pluripartidarismo. Lembrando que apesar institucionalizado, o MDB ainda fazia o papel da oposição, ganhando apoio de vários setores.

A ideia da divisão era enfraquecer a oposição, estabelecendo alianças do governo com alguns setores oposicionistas, além de esvaziar a ação política de entidades não-partidárias e de movimentos corporativos que assumiam uma postura cada vez mais contestatória. (MACIEL, 2004, p.231).

Seriam os partidos: PP, PT, PMDB, PDT e PTB. O PDS tornar-se-ia o instrumento do bloco no poder, enquanto o PMDB, instrumento do campo de interlocução liberal, canalizando as forças populares, principalmente após a fusão com o PP.

O projeto distensionista foi posto em prática com a devida garantia de que as demandas das classes subalternas não teriam espaço, aliviando determinadas políticas da Ditadura militar, porém, sempre projetando salvaguardas que permitiriam o controle caso surgissem problemas.

O jornal *Nosso Tempo* surge exatamente neste momento de "abertura", durante o governo Figueiredo. Como já abordado na introdução o jornal teve início em dezembro de 1980, surgindo com uma proposta diferenciada, que destoava da visão que a mídia empresarial produzia sobre o período. Os editores responsáveis por sua produção eram: Aluízio Palmar, o jornalista João Adelino de Souza, e o professor Juvêncio Mazzarollo.

A partir de suas matérias, então, podemos perceberemos elementos do período em que se dava o projeto de distensão, que apesar de oriundo de fatores determinantes, foi projetado de forma a impedir uma crise de hegemonia. Afinal, "a abertura não substituiu a institucionalidade autoritária por uma institucionalidade democrática nem rompeu com a perspectiva autocrática" (MACIEL, 2004, p.151)

Perceberemos também os problemas gerados à sociedade durante os anos de regime militar e as ações populares na busca pela democracia. Porém,

antes de abordar as matérias do jornal, é preciso relatar um pouco da história de Foz do Iguaçu.

CAPÍTULO III

ABORDAGEM DO JORNAL NOSSO TEMPO

3.1 A realidade de Foz do Iguaçu

A cidade de Foz do Iguaçu, no oeste do Paraná, até a década de 1970 era um município que sobrevivia da exploração de riquezas naturais e do turismo nas Cataratas do Iguaçu. No entanto, segundo Catta, após o início da construção da Itaipu, Foz – e grande parte da região oeste – sofreu profundas transformações, abarcando um processo modernizador trazido pelas elites, sem levar em consideração os interesses gerais da população. (CATTA, 1994 apud SOUZA, 2009, p.43)

Foz do Iguaçu tornou-se durante a Ditadura um foco do governo militar, por ser cidade de fronteira, sendo enquadrada enquanto Área de Segurança Nacional. No período em que foi construída a Hidrelétrica de Itaipu, Foz do Iguaçu tornou-se um foco de atração aos trabalhadores de toda a região urbana e do campo. Porém, não teve condições de absorver a grande quantidade de mão de obra que se deslocava desenvolvendo trabalhos informais e subempregos, além do aumento significativo da criminalização dos trabalhadores pelas elites. Ocorreu portanto, o favelamento acelerado nas áreas periféricas da cidade, a ocupação "ilegal" de terras abandonadas e o aumento imobiliário (transformação do espaço urbano em mercado). (CATTA, 1994 apud SOUZA, 2009, p.49)

Além disso, a população de Foz do Iguaçu, como de todo o Brasil, sofria diretamente com a crise econômica e o desinteresse do governo com os trabalhadores, vivenciando de tal forma a miséria que ocorria principalmente nos grandes centros urbanos.

A construção da Itaipu ainda desencadeou inúmeras desapropriações de colonos de suas propriedades, aumentando o número de trabalhadores desempregados e sem condições de moradia, já que muitos não foram sequer compensados pela propriedade perdida, ou foram compensados com valores abaixo do que era necessário. Aqueles que trabalhavam na Itaipu sofriam com a rotatividade do trabalho, sendo que muitos ficavam desempregados após um tempo.

O jornal *Nosso Tempo*, portanto, utilizava suas páginas para denunciar à insatisfação popular, com entrevistas feitas com moradores de regiões periféricas, procurando dar voz a quem não tinha espaço nos demais jornais vinculados à mídia corporativa, por isso analisado aqui enquanto uma produção contra hegemônica.

Em uma matéria do *Nosso Tempo*, essa situação de precariedade é abordada, tendo como foco a crise de moradia na cidade:

Foz do Iguaçu ainda é uma das cidades do Paraná onde o problema de moradia é crítico. Com o esvaziamento do campo derivado depois do surgimento de plantações extensivas (modelo norte americano) onde a mão-de-obra é mínima a ser ocupada, a população urbana cresceu de forma assustadora. (...) A população de Foz aumentou de vinte mil para cento e dez mil em cinco anos. (NOSSO TEMPO, ed 11, 18 de fevereiro de 1981, p.10, grifo nosso).

E ainda.

Para quem vive de salário mínimo ou com uma renda mensal de até 15 mil cruzeiros, talvez a maioria da população assalariada, resta morar na periferia a dez ou doze quilômetros da cidade ou nas favelas espalhadas ao redor ou próximas aos locais de trabalho. (IDEM, grifo nosso)

Essa situação de extrema pobreza e precariedade tem um lado oposto: a concentração de renda. A reportagem do jornal *Nosso Tempo*, denominada Concentração da Riqueza e aumento da pobreza, é uma evidência do período do milagre econômico.

A matéria nos traz dados do IBGE apontando que durante o governo militar, o produto interno bruto cresceu 8,2% ao ano e o produto per-capita 5,2% ao ano. Porém, no mesmo sentido, a participação dos 5% mais ricos no país elevou-se de 28% em 1960 para 38% em 1976, e os 80% mais pobres perderam de 45% para 35% sua participação. (IDEM). Ou seja, a melhoria na economia beneficiou aos mais ricos, pois possibilitou a concentração de renda, enquanto a miséria no Brasil aumentava ainda mais.

Fora isso, dados do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos) apresenta que o salário mínimo caiu de 45% entre 1960 e 1974, reduzindo o poder aquisitivo do trabalhador quase pela metade. (Idem, p.11)

Essa matéria é uma evidência de como a situação no Brasil nos anos da ditadura não era como História oficial nos traz, de um milagre econômico que beneficiou a todas as classes, pois está clara a disparidade econômica.

Em outra situação, o jornal expõe a condição de moradia de trabalhadores que por não disponibilizarem de moradia descente, devido a não absorção dos trabalhadores migrantes pela cidade, passaram a ocupar uma área abandonada, de forma ilegal. Essa condição é observada em entrevista concedida por Renito Werber, então morador da vila Paraguaia, a qual sofria com a indiferença do poder público:

A prefeitura não tem a mínima consideração por nós. Eles dizem que não podem fazer nada enquanto não estiver tudo legalizado. Dizem que são terras devolutas do Governo do Estado. Mas, se não estão legalizadas, como é que eles podem cobrar impostos? - Para cobrar imposto e -olha que cobram caro -a vila serve. Agora, quando é para eles mandar uma patrola pra cá, a vila não está legalizada. Eles chegam a cobrar iluminação pública quando todos sabem que não existe uma lâmpada nas ruas. É uma escuridão total.(NOSSO TEMPO, Ed. 11, 18 de fevereiro de 1981, p.14).

Esse contexto de miséria relaciona-se com o período do chamado milagre econômico, em que a economia do Brasil despontou em favorecimento do setor empresarial – principalmente os que tinham vínculos direto com a implantação e manutenção do regime ditatorial – garantindo-lhes lucro com base na super exploração do trabalho, subordinando o trabalhador cada vez mais à disciplina da fábrica pelo medo de perder o emprego e passar necessidade, além da impossibilidade de greve que limitava suas lutas e os tornavam submissos a sindicatos pelegos.(FONTES E MENDONÇA, 2004, p.26-27)

Com o fim do milagre econômico com base na queda do petróleo, na tentativa de conter a crise, o governo militar adotou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). Uma das medidas deste plano era o investimento em fontes alternativas de energia, como álcool e energia nuclear, além de investir na industrialização com base na produção de insumos básicos de capital, com uma proposta de "substituição de importações". Esse processo requereria muitos empréstimos internacionais.

Tal proposta não foi bem aceita por membros da classe dominante, pois temiam o impacto que essa proposta geraria no setor estatista, ou seja, temiam que em meio à crise, o governo destinasse investimentos as indústrias estatizadas, competindo com o investimento no setor privado, o que geraria em contrapartida, o crescimento da intervenção do governo na economia. (MACIEL, 2004, p. 114). Diante dessa situação, membros da classe dominante organizaram um movimento antiestatista, porém, sem romper com o projeto de abertura controlado pelo governo.

Com o esgotamento desse projeto, tendo em vista que a crise econômica se agravou, somando-se as interferências da classe dominante, o governo adotou uma política econômica determinada pela necessidade de ajustar as contas do país às exigências impostas pelo FMI e pelos credores externos (IDEM, p.281). Nessas condições, o governo viu-se na obrigação de equilibrar as dívidas públicas, promovendo medidas como estímulo à exportação, redução de importações de bens de capital e uma nova política de arrocho salarial, o que interferia diretamente na vida dos trabalhadores (FISHLOW, 1988, apud MACIEL, 2004, p. 281).

A desvalorização da moeda brasileira, políticas de recessão, inflação, reajuste salarial negativo, resultantes da ineficácia dos projetos econômicos do governo, justificam a situação precária em que vivia a maioria da população no Brasil.

Foz do Iguaçu, além de sofrer com a miséria devido aos problemas econômicos que assolavam o país, ainda sofria diretamente com os problemas acarretados pela instalação da Hidrelétrica Itaipu e com o enquadramento da cidade enquanto Área de Segurança Nacional, submetida à administração de um prefeito biônico, ou seja, determinado pelo governo.

O primeiro elemento, advindo de um dos projetos da Ditadura de produzir construções arquitetônicas com o dinheiro público (como a transnacional), gerou a desapropriação de inúmeros agricultores e indígenas da região. Enquanto muitos aparelhos midiáticos silenciavam este processo, *Nosso Tempo* participou ativamente das lutas dos desapropriados até o acordo final entre estes e a Itaipu.

Na terceira edição do jornal, em dezembro de 1980, aborda-se a luta dos expropriados. Nesse momento, faltando pouco mais de um ano para os moradores da área destinada ao reservatório da Itaipu serem de fato expulsos, estes lutavam para que fossem indenizados de forma justa. O movimento de luta já organizado voltaria a protestar, como segue no trecho abaixo:

O movimento que em julho bloqueoou o escritório da empresa em Santa Helena serviu para um ânimo geral, mas em seguida constataram dois problemas: o preço pago por Itaipu nunca alcança os índices do mercado de terra da região, por causa da inflação e da especulação; outro problema liga-se ao reassentamento. As terras disponíveis para aquisição são muito poucas no Oeste do Paraná. Está cada vez mais difícil arrumar terras. (NOSSO TEMPO, Ed.3, p.18, 17 de dezembro de 1980).

Ε

Muitos agricultores indenizados estão há mais de um mês perambulando a procura de terra, com o dinheiro na mão, mas não encontram terras para comprar. Seu dinheiro está desvalorizando em suas mãos enquanto o preço de terras sobe constantemente. (Idem)

Os seguintes trechos nos trazem a dificuldade dos expropriados de conseguirem arrancar a indenização justa da Itaipu, e que mesmo as indenizações alcançadas após muita luta (o movimento já estava organizado quando o jornal surgiu), não conseguiam encontrar terra sendo obrigados muitas vezes a se deslocar para regiões distintas, sendo que todos deveriam começar do zero a estruturação de suas moradias e de seus trabalhos.

Além disso, muitos foram expropriados sem nem sequer serem indenizados, principalmente no início das desapropriações. Muitos moradores, antes de surgir um movimento de luta organizado, acabaram cedendo às pressões da Itaipu e abandonaram suas terras. Como o próprio jornal traz: "Antigamente, a Itaipu dava promessas verbais e não eram cumpridas. Agora a Itaipu faz promessas por escrito e também não cumpre" (Idem), e por isso os expropriados retomariam o movimento, para pressionar e conquistar seus direitos.

Mas os trabalhadores e agricultores da região não foram os únicos que sofreram com os alagamentos desencadeados pela Itaipu. Muitos indígenas que habitavam a região tiveram que ser realocados, sob responsabilidade da FUNAI. No entanto, estes indígenas foram enviados para uma pequena porção de terra próxima ao Parque Nacional do Iguaçu e a Hidrelétrica de Itaipu, sendo este filete de terra tudo o que lhes restou ao serem violentamente expulsos de suas terras de origem.

Na edição 88, o jornal *Nosso Tempo* mostra a situação que esses índios estavam vivendo. Passavam fome na região, pois não podiam plantar nas terras. Além disso, por discordarem da venda de madeira da reserva pela

FUNAI (órgão que os deveria proteger), estavam sendo enviados ao Paraguai ou indo embora em busca de oportunidades. (NOSSO TEMPO, Ed.88, p.12, 30 de setembro de 1983)

Estranhamente, neste momento a Itaipu, que era obra do governo militar e portanto coordenada por um coronel, passou a "se interessar" pelos indígenas, pois estavam sendo ameaçados de corte de verbas de empresas europeias. Para isso, criaram um sistema de hierarquia dentro da tribo, acarretando brigas e divisões internas. (Idem). Quanto a situação dos indígenas, mantém-se instável até hoje, como herança de uma Ditadura que massacrou e os expulsou de suas terras.

Diante destas questões, e também do problema dos desaparecidos políticos que passou a ser questionada principalmente na década de 1970, desenvolveram-se e reorganizaram-se movimentos políticos estudantis, operários, no campo e vinculados a Igreja Católica. David Maciel aborda de forma mais explicativa a formação destes movimentos:

O próprio desenvolvimento acelerado do capitalismo brasileiro na fase do 'milagre' potencializou as contradições sociais germinadas por um processo implacável de expansão capitalista concentração de renda e aprofundamento desigualdades sociais (FERNANDES, 1987, p. 353-366), Esse econômico afetou profundamente processo social materialidade das classes subalternas no Brasil, tanto nas cidades quanto no campo, subordinando-as à lógica excludente do capital e a seu Estado autocrático. A crise desse modelo de desenvolvimento em meados do século 1970 colocou a rebeldia popular como uma necessidade inerente à existência das classes subalternas, daí a evolução de uma oposição resistente para a de enfrentamento. (MACIEL, 2004, p.177)

Este trecho simplifica o que foi discutido anteriormente, sobre as condições econômicas e sociais que levaram a mobilização popular, não mais a partir da luta armada, mas a partir de outras formas de resistência, como o voto de oposição, debates políticos, o uso da mídia alternativa, greves e manifestações pacíficas.

Nesse sentido, as CEBs – Comunidades Eclesiais de Base – vieram pra romper com anos de uma Igreja Católica conservadora e apoiadora do regime. Eram setores que se envolviam diretamente no questionamento da sociedade, das condições de vida dos trabalhadores e nas arbitrariedades do governo. Elas significavam um incômodo a institucionalidade, pois abarcava relevante

número de fiéis. Podemos perceber este incômodo do governo, agindo de forma a conter o movimento, no seguinte trecho trazido pelo jornal:

De Medianeira chega um grito de alerta: O governo está utilizando o município para por em prática o seu plano de contenção do avanço das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Indiscutivelmente, as CEBs já quase uma década vêm se afirmando como eficiente instrumento de mobilização popular dando terríveis dores de cabeça às autoridades governamentais. Elas são formadas por leigos católicos e estão empenhadas na organização e participação do povo carente em busca de soluções condizentes com o programa mínimo capaz de reivindicar democracia, desenvolvimento e justiça social para milhões de brasileiros. Contra o esquema reivindicatório é que o governo em todos os seus níveis, pretende brecar o amplo sucesso conseguido até o momento pelas CEBs. (NOSSO TEMPO, 4 ed. 24 de dezembro de 1980, p.7, grifos nossos).

Não estava entre os planos do governo no processo de distensão atender as demandas populares, e diante de um movimento forte como o das CEBs, era preciso criar mecanismos para barrá-lo. E é por isso que muitos padres, líderes deste movimento, foram enquadrados e condenados pela Lei de Segurança Nacional.

Deve-se salientar que esse era um movimento policlassista, membros da oposição burguesa e do setor popular, ligados à Igreja católica, mas que possuíam objetivos em comum como a volta da democracia e pela anistia ampla, geral e irrestrita. O movimento atuou inclusive na luta pela terra, participando ativamente da luta dos desapropriados da Itaipu na busca pelas restituições.

As CEBs também participaram na luta contra a violência policial. A partir dos relatos encontrados no jornal, podemos perceber que mesmo com a destruição da luta armada, ocasionando a morte e desaparecimento de inúmeros militantes, a polícia não parou com as torturas. Dessa forma, não são poucos os relatos de tortura policial apresentados por *Nosso Tempo*.

A primeira edição do jornal nos traz o caso de um garoto desaparecido em meados de novembro de 1980. Na ânsia por apresentar um culpado, a Polícia Federal foi convocada ao caso, apresentando como suspeitos três trabalhadores do circo que se encontravam próximos à casa do garoto

desaparecido. Sem maiores provas da participação dos trabalhadores, a polícia agiu de forma arbitrária, como relatado em matéria pelo jornal:

Às 4 horas da tarde do dia 18 de novembro os policiais foram buscar três homens que tratam os animais do Circo Garcia para fazer-lhes algumas perguntas. Às 7 horas da noite as 'perguntas' já haviam feito um morto, um ferido e uma comunidade estarrecida. Para transformar em verdade uma suposição, três policiais espancavam barbaramente dois funcionários do Circo, enquanto outro esperava sua vez, até que um revólver enfiado na boca de Orlando Silva, disparou um balaço mortal. Com um morto e um ferido, o interrogatório foi suspenso. O fato ganhou publicidade nacional. (NOSSO TEMPO, ed.1, 3 de dezembro de 1980, p.3)

Em outra situação, um homem que trabalhava de pintor foi acusado de roubo domiciliar, pois uma testemunha havia visto alguém "parecido de costas". No entanto, ao ser chamado para prestar esclarecimento, o sujeito logo começou a sofrer com a violência policial, como relatado: "Logo que parei de trabalhar (ao ser convocado pela polícia) e entrei no carro da polícia, um Volkswagen, começaram a me bater. Eram quatro elementos que davam cascudos e safanões." (NOSSO TEMPO, ed. 3, 17 de dezembro de 1980, p.14).

O interessante, é que o ladrão havia deixado para trás um par do seu sapato, que não foi compatível com o do suspeito, mas mesmo assim, a violência continuou.

Me botaram numa sala e a trancaram a porta. Eram socos, pontapés, tapas...Quando eu caia no chão eles me davam pontapés e mandavam eu levantar para levar mais porrada; me deram tanto que chegaram a quebrar uma costela. Ainda hoje sinto dor. (o episódio ocorreu no dia 26 de novembro). (IDEM).

As práticas de tortura continuaram mesmo após o "abrandamento" do aparato repressivo aplicado durante os anos de perseguição à luta armada, sendo instituída em suspeitos de crimes "comuns", como no caso de um sujeito suspeito de roubar carros.

Lá na delegacia – conta Jorge Haroldo - não quiseram nem conversa. Me levaram para uma saleta e começaram a me espancar. Eles estavam muito furiosos e pareciam verdadeiros animais (...). Em seguida, continua, me penduraram no pau-de-arara e começaram novo espancamento, me jogavam água na boca, de

forma que eu respirava aquela água pelo nariz, devido a um pano que amarraram na minha boca. (NOSSO TEMPO, Ed. 100, p.3, 23 de dezembro de 1983)

E em outro caso semelhante,

Às 18 horas começou a sessão de espancamento e os policiais pediam que ele confessasse a autoria de roubos de carro. Foi golpeado com um remo nos rins e nádegas durante aproximadamente meia hora. Nada conseguindo, os policiais levaram Toffaletti encapuzado até um local que se pressupõe esteja ao lado da sala do carcereiro e ali passou pelo brutal "afogamento" dentro de um tanque, até que perdeu os sentidos. (NOSSO TEMPO, Ed. 61, p.12, 10 de março de 1983)

Tais denúncias sobre ações arbitrárias da polícia eram constantes, lembrando que a repressão policial não se deu apenas pela polícia militar, vinculada diretamente com o governo, mas em todas as instâncias da polícia, como a federal, e dos órgãos oficiais de cada região.

Por ser enquadrada como área de Segurança Nacional durante o regime militar, a Câmara Municipal de Foz do Iguaçu era tutelada pelos órgãos de repressão. Dessa forma, todos os pronunciamentos dos vereadores da cidade eram enviados ao Serviço Nacional de Informações e que controlava todos os dados obtidos pelos órgãos de repressão.¹

As cidades que se encontravam nessa condição passaram a ser gerenciadas por prefeitos nomeados pelo ditador que estivesse ocupando o cargo de presidente, a partir de 1968. Isso ocorria principalmente nas regiões de fronteira, locais estratégicos para se proteger o governo e o território. Dessa forma, essas localidades eram submetidas aos interesses governistas, já que suas políticas poderiam ser impostas e mantidas a partir dos prefeitos nomeados.

Neste sentido, Foz do Iguaçu estava submetida a uma série de arbitrariedades do governo e do prefeito escolhido como a própria instalação da Itaipu e as desapropriações desencadeadas. Mas não se resume a isso. E é possível evidenciar o descontentamento com a administração de tais prefeitos que permaneciam no poder por mais de 10 anos, a partir de matérias

_

¹ Informações retiradas do sítio online Documentos Revelados. http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/servico-nacional-de-informacoes/camara-municipal-tutelada-e-submissa/

publicadas pelo jornal, como é o caso da segunda edição que aborda a administração do prefeito de Medianeira, ainda na região Oeste e também tida como área de segurança nacional

Uma das mais tristes experiências com administradores públicos nomeados está em Medianeira. Essa excrescência política imposta ao povo brasileiro desde o Golpe de Estado de 1964 produziu os frutos mais azedos desde a Presidência da República ate folclóricos municípios do interior. Se fosse promovido um plebiscito para eleger o "biônico" mais desprezado, certamente o povo de Medianeira reivindicaria para si o desonroso título. Ao menos é o que indica a lista de queixas e acusações lançadas contra Luiz Bonatto, há onze anos incrustado na prefeitura daquele município. (NOSSO TEMPO, Ed.2, p.12, 10 de dezembro de 1980)

E ainda,

Acusações mais concretas dão conta de que o prefeito está cobrando taxas de asfalto entre 3 a 10 mil cruzeiros mensais onde não existe nem cascalho. "Nessa jogada, as lotes centrais estão caindo nas mãos dos amigos do prefeito" - sentencia Mariano da Costa. Após queixar-se da atuação policial, ele conclui: "De modos que, do crime à miséria, do roubo à insegurança, da corrupção a falta de autoridade, a povo de Medianeira sabe contar todas as escalas da ditadura do seu prefeito Luiz Bonatto" (Idem, grifos nossos)

Os prefeitos nomeados eram membros do partido vinculado ao governo – da Arena durante o bipartidarismo e do PDS durante o multipartidarismo – escolhidos para manterem a centralidade do poder militar. Porém, enquanto a condição da população, que não tinham o direito de escolher seus administradores era cada vez mais precária, os administradores biônicos desfrutavam de regalias e arbitrariedades, como podemos perceber pelo trecho acima.

Na terceira edição, o jornal Nosso Tempo promove um debate entre os políticos dos partidos presentes na cidade de Foz do Iguaçu (PMDB, PDS, PDT) sobre a administração do então prefeito nomeado da cidade, Cunha Vianna, no poder a quase uma década.

O debate inicia com o questionamento do Jornal sobre Foz ser um município de intervenção. Diante da pergunta, o primeiro a responder é Evandro Teixeira, vereador pelo PDS, que demonstra claramente sua opinião, mesmo sendo membro do partido vinculado ao governo:

Teixeira: Eu me coloco contra essas chamadas "áreas de segurança", contra a nomeação de Prefeitos pelo Governador do Estado com a aprovação do Presidente da República. Essa

medida tem demonstrado sua ineficácia, seus efeitos funestos para a administração local, de vez que as nomeações, longe de atenderem aos interesses da comunidade, recaem, quase sempre, em pessoas estranhas, desconhecedoras por completo dos problemas dos municípios que por favor governamental irão administrar. (NOSSO TEMPO, Ed.3, p.8, 17 de dezembro de 1980)

Tal posicionamento do vereador deve ser levado em consideração, pois diante do descontentamento popular com a administração do prefeito, as críticas seriam inevitáveis. Além Disso, ele traz uma questão importante a ser pensada, de que os prefeitos nomeados muitas vezes não eram da cidade que administrariam, como era o caso de Cunha Vianna, e portanto, não tinham conhecimento aprofundado sobre os problemas da cidade.

Antonio Moreira, pelo PDT, também emite sua opinião:

Antonio Moreira: Esta questão de "áreas de segurança" é uma verdadeira violência contra a direito do povo de escolher os seus dirigentes. Foz do Iguaçu é um município de "área de segurança" sem segurança. Os Órgãos policiais e militares amedrontam o povo, coíbem a população de se manifestar, de reivindicar, enfim de lutar pelos seus direitos. Os Órgãos encarregados da segurança inibem o povo. Prefeito nomeado, ou melhor, interventor na Prefeitura não beneficia em nada o município. Vejam que o nomeado vem de fora, com uma equipe de funcionários de fora e, quando são descobertas falcatruas, a elemento vai embora fugindo da prestação de contas. (Idem, Grifos nossos)

Moreira ao retomar o problema dos prefeitos biônicos e as Áreas de segurança Nacional, reafirma a opressão da população, submetidos a violência dos órgãos de repressão, além da impossibilidade de escolherem seus próprios representantes.

Vianna foi insistentemente reprovado pela população de Foz, que passava por problemas econômicos e o avanço da fome e da miséria, enquanto a administração não tomava providências. O descontentamento era grande entre os políticos de outros partidos da cidade, já que Vianna era do PDS, constituindo-se uma forte oposição por parte do PMDB.

Em uma declaração do vereador Dobrandino Gustavo da Silva (PMDB), fica claro esse descontentamento:

O vereador Dobrandino Gustavo da Silva (PMDB) propôs que "não seja gasto mais papel com esse prefeito, pois de nada adianta a gente enviar indicações e requerimentos porque a resposta que esse prefeito nos dá é sempre a mesma: vamos

atender' no momento oportuno". Dobrandino disse que o coronel-prefeito Cunha Vianna está "brincando com os vereadores, que são verdadeiros representantes do povo, enquanto ele (o prefeito) não o é. Esse desrespeito chega a ser humilhante para nós, vereadores. Há muito que não envio mais requerimentos porque a resposta já é padronizada". (NOSSO TEMPO, Ed.82, p.2, 19 de agosto de 1983)

Dobrandino, assim como outros vereadores da cidade, lutavam por eleições diretas e pela renúncia de Vianna. Infelizmente, a eleição direta não pôde ser conquistada, e com a saída do então prefeito, o governo militar nomeou um novo sujeito para o cargo. A pequena vitória conquistada foi a nomeação de um morador da própria cidade para prefeito: Wádis Benvenutui.

Como podemos perceber até agora, diversas denúncias eram feitas pelo jornal, que demonstravam que a Ditadura militar não trouxe bons frutos como o governo e a mídia empresarial apresentava. A miséria excessiva, a violência policial, a insatisfação popular diante de autoridades nomeadas, os inúmeros sujeitos expropriados pela construção da arquitetônica Itaipu — projeto do governo militar — só nos evidenciam um período contraditório e problemático, cercado por ações que privilegiavam as frações da classe dominante, enquanto a maioria da população sofria com suas consequências.

3.2 LEI DE SEGURANÇA NACIONAL E AS ELEIÇÕES

Outro fator que nos revela as arbitrariedades do governo foi o enquadramento do jornal *Nosso Tempo* na Lei de Segurança Nacional, devido ao papel que exercia de constante delator das arbitrariedades do governo.

Ainda no primeiro semestre de 1981, pouco tempo após o surgimento do Jornal Nosso Tempo, seus editores foram chamados a prestar depoimento na delegacia, sob a acusação de promover ataques contra autoridades do Exército e, portanto, enquadrar-se na Lei de Segurança Nacional.

Tal procedimento foi justificado a partir de uma reportagem produzida pelos editores relatando que Juvêncio Mazzarollo havia sido convidado pelo coronel Labre, de Foz do Iguaçu, para uma reunião comunitária, em que discutiriam os problemas sociais, mas na verdade, foi recebido com insultos e provocações pelo sujeito. Ao relatar o acontecido e revelar a mentira em que foi envolvido, Mazzarollo teria desrespeitado a autoridade.

Dessa forma, os editores foram convocados na delegacia e interrogados pelo delegado Elias Kudsi, vindo de Curitiba para realizar o inquérito aberto pela5ª Região Militar. O primeiro a dar depoimento foi Juvêncio Mazzarollo, no dia 6 de abril de 1981. O interrogatório foi narrado por Juvêncio na 7ª edição do jornal, o qual apesar de extenso, será reproduzido aqui para maior compreensão.

"Elias Kudsi, sugeriu realizar o trabalho na tarde do mesmo dia 6. Concordei, e as 4 horas da tarde, acompanhado do advogado Jose Claudio Rorato, entrei na sorumbática sede da PF. Fui recebido por um homem robusto, uns 55 anos de idade, cabelos brancos. Era o delegado especial.

- Vamos para a sala. São só umas perguntas. Prometo não tomar muito o seu tempo.
- É. Meu tempo está escasso.
- E o senhor? perguntou ao advogado.
- Sou advogado do rapaz. Preciso acompanhá-lo no interrogatório respondeu Rorato.
- Sinto muito, mas neste caso não posso permitir sua presença retrucou o delegado.
- Doutor, vai me desculpar, mas sozinho eu não permaneço aqui dentro alertei.
- Por que? Sou eu quem vai te interrogar. Duvida de mim? Tenho 38 anos de atividade policial e não sai ainda porque nunca recebi uma punição.
- Vai me entender, delegado, mas há pouco tempo houve uma morte num interrogatório sob tortura aqui neste recinto. Se o advogado não puder ficar, eu também não fico.

Tal comentário de Juvêncio refere-se a matéria já citada da 1ª Edição, em dezembro de 1980, em que um funcionário do Circo Garcia havia sido morto no interrogatório. Continuando:

- Bem, então vamos abrir uma exceção. O advogado pode presenciar, sem dizer nada. E você? perguntou, voltando-se Para o colega nosso, Adelino, que ali acorrera para fotografar o inóspito acontecimento. Eu queria fotografar o encontro apenas disse Adelino.
- Não. Não pode. Sinto muito, mas de mim você não tira foto.
 Está bom.

Estamos na sala de interrogatório. Fico impaciente. Já sei de que se trata; Só não sei como vou ser tratado. A escrivã está à máquina e abre o termo da declaração. Antes das perguntas o delegado tece algumas considerações que nada tem a ver com o que havia por fazer naquele momento. Penso comigo e decido falar o mínimo possível. O interesse do delegado é fazer-me falar o máximo possível. Preciso, então, afastar o interesse dele.

- Tenho direito à quatro horas para realizar este interrogatório
- diz o delegado mas não vou precisar desse tempo. Você

deve saber que o 3º Exercito abriu inquérito para apurar a responsabilidade pelas ofensas às Forças Armadas divulgadas pelo seu jornal. Eu vim de Curitiba especialmente para esta missão. E isso já está custando 20 mil cruzeiros.

- Por que não economizam esse dinheiro e abandonam o inquérito? perguntei em tom brincalhão,
- Não. Não se trata de economizar. Isto precisa ser feito.

O delegado começa a manusear uma grossa coletânea de recortes fotocopiados do jornal Nosso Tempo. Tenho a impressão de estar diante de uma figura cinematográfica, sisuda, que tira e põe os óculos, senta e levanta, fala coisas aparentemente desconexas e que passa do tom enérgico Para o jocoso com desenvoltura. Um e outro agente local da PF entra e sai da sala, e eu analiso as fisionomias como para tentar descobrir quem tem jeito para torturador - a ideia do funcionário do Circo Garcia morto com um tiro na boca dentro daquela repartição não se afasta da minha cabeça, apesar de uma gente ter me recebido na chegada com a frase: "Não se preocupe, Mazzarollo. Sinta-se em casa. Fique à vontade"

Estava parcialmente à vontade. O delegado ainda não perguntou nada e é chamado ao telefone. Ele sai. A escrivã então puxa uma conversa que nada tem a ver com o que se passa. O advogado fica preocupado com o tempo: 'O escritório está cheio de clientes e todos os advogados estão fora - disse a ele que tivesse paciência, pois eu não ficaria um minuto ali dentro sozinho. A escrivã quis saber por quê. Respondi que já houve morte lá e que eu não queria ter o mesmo fim. Ela quis dar a entender que não sabia do que eu estava falando, mas sabia. e muito bem.

Pouco depois que o delegado voltou do 'telefone' entendemos que ele fora chamado pelo agente para ser informado de que o advogado ali presente também é sócio da Editora Nosso Tempo Ltda. que mantém o jornal. Por sua conta, o delegado jamais ia se aperceber disso ali. Mas a pergunta saltou:

- Você também faz parte da equipe do jornal?
- Sou apenas sócio da Editora, mas não participo da elaboração do jornal explicou o advogado.
- Bem, mas vamos ao que interessa disse o delegado Elias, dirigindo-se a mim. Você é o diretor responsável do jornal. Por que vocês atacam constantemente as Forças Armadas?
- Nós divulgamos críticas a diversas situações da realidade local e nacional. Não julgo que as críticas sejam ataques ou ofensas as Forças Armadas.
- Você é responsável por tudo o que o jornal publica?
- Em princípio assumo total responsabilidade pelas matérias por mim assinadas. Há matérias que escrevo e não assino. E há mais dois editores que escrevem. As matérias não assinadas são de responsabilidade dos três. Desde o início decidimos assumir conjuntamente a responsabilidade pelo que fosse publicado. E nenhum de nós censura o outro. Mas sempre discutimos a pauta de assuntos e a melhor maneira de elaborar as matérias.

— O que você tem contra as Forças Armadas? Há algum problema pessoal?

- Não. Eu faço estudos da realidade nacional e concluo que determinados comportamentos de autoridades merecem críticas.
- -— O que você tem contra o comandante da guarnição de Foz do Iguaçu?
- Que comandante?
- Quantos comandantes existem aqui?
- Há o comandante da Policia Militar, da Marinha, do Exército. Não sei a qual se refere a pergunta.
- Você brigou com algum deles?
- Eu não briguei com ninguém. Apenas o comandante Labre, do Batalhão, me traiu no dia 22 de março. Achei aquilo uma atitude infeliz e deplorável. Então contei a história no jornal.

Juvêncio refere-se ao dia em que foi convidado pelo Coronel Labre para uma "reunião comunitária", relatado na edição de número 16. O convite foi feito no dia 21 de março de 1981 pelo coronel já do 34º Batalhão de Infantaria Motorizado, João Guilherme da Costa Labre, para uma reunião comunitária ás 9 horas do dia seguinte, sendo que na reunião participariam o prefeito, o Juiz e outras pessoas da sociedade iguaçusense. (NOSSO TEMPO, Ed. 16, p.2, 25 de março de 1981).

No entanto, ao chegar no Batalhão, onde seria a reunião, estavam no local apenas o prefeito Cunha Vianna, o coronel Labre, o Juiz João Kopytowsky da Vara criminal e um advogado. Logo foi avisado de que havia sido convidado para ser "alertado" que o Governo e as Forças Armadas não aceitariam as provocações veiculadas pelo Jornal Nosso Tempo, citando inclusive artigos do próprio Juvêncio. Ou seja, não era uma reunião comunitária como dito no convite. Ao tentar dialogar, Juvêncio foi advertido de que Eles "não estavam ali para estabelecer qualquer espécie de diálogo". (IDEM)

Ainda foi avisado pelo Juiz Kopytowsky que estaria movendo uma ação judicial contra os editores do jornal, pois estes podiam ser "comunistas", mas não poderiam fazer afrontas. Diante disso, os editores emiuçaram críticas a atitude do Coronel e seus convidados, o que gerou o interrogatório do delegado Kudsi.

Continuando o interrogatório:

- Você chamou o comandante militar de mentiroso! Um coronel com as responsabilidades do Labre será mentiroso?
- Eu o chamei de mentiroso no jornal e expliquei no mesmo parágrafo por que ele foi mentiroso. Mandou-me convidar para uma simpática reunião comunitária e, na verdade, fui submetido a uma sessão de insultos no quartel, na presença dele, do juiz, do prefeito (Cunha Vianna) e de um advogado, mais um capitão do Exército.
- Você foi realmente convidado para uma reunião comunitária?
- Fui.
- Mas o comandante apenas quis conversar com você na presença daquelas pessoas que, para mim são idôneas.
- —Não sei se são idôneas. Sei que fui injuriado pelo coronel e pelo juiz. Eu não entendo como reunião, muito menos comunitária, uma sessão como a patrocinada pelo comandante Labre
- E essa história de escrever que a atitude do coronel repercutiu pessimamente dentro do próprio quartel? Vocês escreveram que um sargento passou essa informação. Quem é esse sargento?
- Não sei.
- Se eu trouxer aqui todos os sargentos do quartel, você o reconheceria?
- Não, porque não recebi a informação diretamente do sargento, mas através de um Civil amigo dele.
- Quem é esse civil?
- Reservo-me o direito de não dizer quem.

E mandou a escrivã anotar isso. Voltou a folhear a coletânea de recortes. Fixou-se no artigo "Os Arrotos dos Generais", no editorial da edição n° 16, em que o titulo era "Juiz e Coronel Armam Emboscada" e fez a escrivã anotar que eu assumia total responsabilidade por aqueles escritos e alguns outros, sob minha confirmação. (...)

- O que há entre você e as Forças Armadas?
- Nada respondi
- Então por que todas essas ofensas contra elas no jornal?
- Nunca quis ofender ninguém no jornal. Mas escrevemos o que entendemos da realidade.
- Mas você ofendeu o coronel Labre, chamando-o de mentiroso.
- Chamei de mentiroso porque ele mentiu. Mandou um tenente me convidar para uma reunião, e o que ele tinha programado nada tinha de reunião. Mas o delegado nada disso mandava a escrivã anotar. Desenvolvia perguntas, comentários e de repente, pedia que a moça escrevesse certas declarações. Percebi que a tática dele era desenvolver um variado e descontraído falatório para me engabelar. Manuseava constantemente o manual do Código Penal Militar e da Lei de Segurança Nacional. Num dado momento, leu um artigo da LSN e pediu minha opinião Era um antigo que falava em divulgação por órgãos de comunicação de notícias e comentários de caráter subversivo, difamatório à autoridades constituídas...

Nota-se que o delegado selecionava o que a escrivã deveria escrever, ignorando as justificativas de Juvêncio e salientando suas críticas à ação do Coronel Labre.

- O que o senhor quer dizer com isso? perguntei.
- Você concorda com isso?
- Não estou entendendo. Poderia ler de novo? O delegado leu.

Resolvi assim: - Se sua intenção for a de aplicar isso ao jornal, eu discordo. Não penso que Nosso Tempo esteja fazendo o que diz esse artigo.

- —Quem está por trás do trabalho do jornal?
- Por trás do jornal?
- Sim, existe alguma organização interessada?
- Não estou entendendo. O que existe é um grupo de sócios, que participaram com um pequeno capital para criar o jornal e nós estamos encarregados de fazê-lo. Os outros sócios nada tem a ver com o que publicamos. Só isso. Não existe a organização por trás, como o senhor está insinuando.
- Quanto você ganha por mês?
- Pouco.
- Como se mantém o jornal?
- Mantém-se com a venda de exemplares e publicidade.
- Você já foi processado alguma vez?
- Nunca.
- O comandante Labre convidou o juiz Kopytowski para ser testemunha na advertência que te fez no quartel. Por que você não aceitou, e criticou o juiz?
- Por que ele fez parte da farsa e não podia, estando na condição de mera testemunha, aproveitar a ocasião para me insultar e comunicar processos que estaria movendo contra o jornal. Lá eles disseram que nosso jornal é de baixo nível. Eu prezo meu trabalho e tenho o direito ao respeito pelo que faço, como todo mundo.
- Sim, mas o que você acha da publicação de uma foto do um moço sentado no vaso, como vocês fizeram? Jornais como O Globo, o Jornal do Brasil, não publicariam nunca urna coisa dessas.
- Lógico que não. São jornais de uma linha completamente diferente da de Nosso Tempo.
- Você tem família? É casado?
- Não
- Gostaria que alguém da sua família visse aquela foto e certas piadas que vocês contam no jornal?
- Olha doutor, o grotesco faz parte da vida, e não vejo razão para esconder no jornal. Mais ou menos nesse nível conversamos duas horas. Enquanto a escrivã concluía a redação do depoimento (que rendeu uma lauda de texto), fomos levados a outra sala, onde recebi o seguinte conselho do delegado Elias:
- Juvêncio, independente desse inquérito, gostaria de dizer que é melhor vocês (o jornal) deixarem de atacar o Governo e as Forças Armadas. Eu sei que, se conselho

tivesse valor, a gente pagaria para receber conselhos. Mas ninguém paga. Em todo caso, acho que o negócio bom mesmo está ai (e apontou para uma funcionária da PF). Não discordei, apesar da moça apontada não ser algo assim tão estimulante. Assinei o depoimento e fui convidado para a qualificação. Minhas mãos ficaram tontas de tanta impressão digital colhida. Os dez dedos das mãos passaram infinitas impressões na papelada. (NOSSO TEMPO, Ed.19, p.5-7, 15 de abril de 1981) (Grifos nosso)

Ao observar essas linhas, devemos nos atentar as palavras do delegado. Primeiramente, o advogado de Mazzarollo não era figura bem quista na sala de interrogatório, desrespeitando um direito civil de prestar depoimento acompanhado de um advogado, sendo que o delegado cedeu apenas quando foi mencionada a morte, extremamente arbitrária, de um suspeito dentro do mesmo ambiente.

O delegado a todo momento insinua que há um problema entre Mazzarollo e as Forças Armadas, tirando o foco da acusação em questão, na qual apenas a figura do Coronel Labre foi chamado de mentiroso. Nota-se que ao justificar o porquê da "ofensa", nenhuma das palavras de Mazzarollo foi anexada ao relatório pela escrivã, que só anotava o que era ordenado pelo delegado. Aliás, Mazzarollo aponta que foram mais ou menos 2 horas de interrogatório, e apenas uma lauda de relatório, pelo que foi declarado por Juvêncio, o que demonstra que nem tudo o que foi falado, foi escrito.

A partir das questões finais, fica claro que a intenção do delegado é notar qualquer vínculo entre o jornal e uma "organização", como um partido ou grupos de esquerda, o que levaria a um julgamento certeiro.

Quanto as respostas de Juvêncio Mazzarollo, percebe-se a ironia e o tom desafiador de suas respostas, como quando diz: "Olha doutor, o grotesco faz parte da vida, e não vejo razão para esconder no jornal". Aliás, esse tom irônico e desafiador está presente em grande parte das publicações dos editores, principalmente as escritas por Juvêncio, sempre com muitas críticas e piadas. Tal abordagem pode ter incitado ainda mais o "ódio" dos governistas e militares.

Por fim, nota-se uma frase bastante interessante do delegado: "Jornais como O Globo, o Jornal do Brasil, não publicariam nunca uma coisa dessas", somada a declaração abaixo,

Se o que o jornal Nosso Tempo publica fosse publicado por jornais como O Globo, nunca que as Forças Armadas ou o Governo iriam abrir inquérito como estão fazendo contra o jornal

de vocês". E explicou porquê "Aqueles jornais são muito fortes, tem circulação Internacional, e atingem uma classe de leitores menos suscetíveis a influências em seu pensamento. Mas o de vocês (Nosso Tempo) atinge uma população com ideias menos estratificadas ou fixas. Então o poder de persuasão de Nosso Tempo é muito maior porque atinge o povo mais simples e aberto a novas ideias". As palavras não são textuais porque não tínhamos gravador para registrá-las, mas o teor é rigorosamente esse, e o delegado Kudsi sabe perfeitamente que disse isso na frente de Juvêncio Mazzarollo e do advogado Antônio Vanderti Moreira. (Idem, p.2)

Isto é uma evidência de que Nosso *Tempo* possuía uma linha totalmente diferente destes jornais citados, além de não possuir vínculos políticos e econômicos com os setores governistas eram alvo de ataques destes elementos. Além de que, jornais como o Globo e o Jornal do Brasil, atrelados diretamente com a manutenção do regime militar, não publicariam tais denúncias, ou publicariam de forma tendenciosa a benefício do poder.

Quanto ao coronel Labre, o sujeito ofendido pelo jornal, sustentou o argumento de que o convite a Mazzarollo era para uma "reunião da comunidade", e não uma reunião "comunitária" como o acusado afirmava, como se tal nomeação mudasse o teor do convite e das ofensas disparadas ao editor.

Na edição seguinte a que foi exposta o interrogatório de Juvêncio (edição 20), os editores fazem um esclarecimento sobre o real caráter do jornal,

O espaço deste jornal foi usado para criticar aquilo que os editores consideram de mais injusto entre nós: a violência e o desrespeito à pessoa humana.

Muito se falou, e muito se pretende falar, a respeito do comportamento de nossa Policia Civil e Federal, que, através do despreparo de determinados indivíduos, tem colocado o valor destas instituições policiais no descrédito popular, quando elas desrespeitam os direitos da pessoa humana.

Este jornal buscou, através de suas páginas, retratar a vida nas favelas que engrossam nossa periferia; colocar em discussão os loteamentos irregulares existentes em nossa cidade; divulgar as exigências e medidas do Movimento Justiça e Terra e da Itaipu Binacional, que discutem o preço justo a serem indenizadas as terras que serão inundadas pelo reservatório da hidrelétrica. (NOSSO TEMPO, Ed.20, p.2, 29 de abril de 1981)

Desta forma, reiteram que o espaço do jornal, portanto, não é utilizado para "ofender" as autoridades, mas sim criticar a constituição da sociedade, e

que tais autoridades deveriam levar em conta a opinião pública difundida pelo jornal para melhorar as condições de vida.

A partir destes elementos, é possível refletir que o jornal se pautando em críticas, eram encaradas pelas autoridades como uma ameaça à ordem, principalmente se levarmos em consideração o que o delegado Kudsi disse a Juvêncio, de que o jornal possuía grande influência na região, pois esta estava cercada de infortúnios, como a miséria, a violência policial, as desapropriações, onde os sujeitos envolvidos encontravam no semanário uma forma de expressar seu descontentamento, identificando-se com as edições. (NOSSO TEMPO, Ed.19, p.2, 15 de abril de 1981)

Quanto ao processo de enquadramento do jornal na LSN², circulou por um tempo na Auditoria Militar em Curitiba, ao que os editores julgavam que não daria em nada. Até a edição 30, em 22 de julho de 1981, o pedido de enquadramento dos editores indiciados pelo inquérito realizado pela polícia Federal, havia sido recusado pelo juiz-auditor da 5 circunscrição Militar de Curitiba, Darcy Risseti. Os indiciados estavam sujeitos a serem enquadrados no artigo 14 da LSN, que prevê pena de 6 meses a 2 anos para quem publicar "notícias falsas ou tendenciosas" indispondo a população contra autoridades constituídas. (NOSSO TEMPO, Ed.30, p.2, 22 de julho de 1981).

No entanto, a denúncia foi aceita pelo Superior Tribunal Militar, que tomou novos depoimentos, resultando no dia 22 de junho de 1982 no julgamento de Juvêncio Mazzarollo no Tribunal da 5ª Circunscrição Judiciária Militar. Mas para melhor compreensão deste caso é preciso distinguir os processos, pois o Jornal *Nosso Tempo* sofreu dois processos pela Lei de Segurança Nacional.

O primeiro foi instaurado em 1981, o qual enquadrou os três editores do Jornal – Adelino, Aluízio e Juvêncio – no artigo 14 da LSN, acusados de publicarem notícias falsas contra autoridades constituídas (evidência ao caso Labre citado). Tal processo estava ainda em andamento. O segundo, julgado no dia 22, dizia respeito apenas a "periculosidade" de Juvêncio, deixando de

52

² O Jornal foi enquadrado na segunda versão da Lei de Segurança Nacional, o Decreto-Lei Nº 898, DE 29 DE SETEMBRO DE 1969, que cerceava as liberdades civis, com destino àqueles que discordavam do regime militar, em especial, os que "faziam propaganda oral ou escrita contra o governo". Portanto, as publicações do Nosso Tempo eram apontadas enquanto criminosas. Informações retiradas do sítio online: http://www.documentosrevelados.com.br/. Acesso em: maio de 2015

fora os outros dois editores, já que este era o editor chefe. (NOSSO TEMPO, Ed. 49, p.6, 30 de julho de 1982)

O interessante é que o Jornal e Mazzarollo não foram enquadrados na Lei da Imprensa, mas sim na Lei de Segurança Nacional, apesar das duas terem teor altamente arbitrário. Mas é de se questionar, qual o perigo que o jornal impunha a Segurança Nacional? Difundir críticas ao sistema vigente? Lembrando que o período correspondia ao que os militares denominaram de processo de abertura "democrática". Trata-se de uma incoerência entre o discurso oficial da época e as práticas vigentes.

É evidente que o jornal já vinha sofrendo perseguições desde sua abertura. Foram difundidos boatos de que as autoridades fechariam o jornal, sócios da editora Nosso Tempo Ltda. sofreram diversas ameaças e represálias que os fizeram se retirar da sociedade, o Ministério do Trabalho abriu processo contra os editores por exercerem "ilegalmente" a profissão de jornalista. Foram muitas as pressões que resultaram no enquadramento na LSN.A princípio, a pena de Juvêncio foi de 1 ano de prisão, trocadas por 2 anos de liberdade condicional, porém, decidiu-se judicialmente por sua prisão.

Neste mesmo período, inúmeros ataques de grupos extremistas, que não aceitavam o "recuo" do poderio militar foram efetuados. O mais famoso deles foi o ataque ao Rio Centro.

Na noite do dia 30 de abril de 1981, ocorria no Pavilhão Rio centro um show em comemoração ao dia do trabalhador, que sofreria tentativa de interrupção por conta de um ataque com bombas. Tais bombas seriam implantadas pelo sargento Guilherme Pereira do Rosário e pelo capitão Wilson Dias Machado (hoje atuando como coronel e educador no Colégio Militar de Brasília). No entanto, uma das bombas explodiu dentro do carro em que se encontravam os militares, ainda no estacionamento, matando o sargento e ferindo gravemente o capitão.

A princípio, o governo tentou culpar a esquerda pelo atentado, porém, a acusação não se sustentou e mais tarde se confirmou que o ataque havia sido cometido por radicais do setor militar, que juntamente com outro setores radicais, cometiam ataques por serem contra o movimento de abertura política.

Nosso Tempo não publicar deixou de publicar uma matéria sobre o ocorrido, principalmente em tempos de perseguição ao jornal e a outros grupos críticos ao regime.

Uma bomba explodiu dentro de um carro de chapa fria em que estavam um capitão e um sargento do Exército, membros do famigerado DOI-CODI (órgão de espionagem e repressão ao povo criado na fase mais negra da ditadura). O primeiro saiu gravemente ferido e o segundo morreu no ato. Foi possível ver através da televisão, precisamente no Jornal Nacional, a existência de outros petardos dentro do carro. Logo em seguida outra bomba explodiu na casa de força do Rio Centro, onde as oposições realizavam um show em homenagem ao dia do trabalhador com a participação de Chico Buarque, Simone, João do Vale. Gal Costa, Caubi Peixoto e outros artistas. Tudo leva a crer, e para isso há bastante evidências, que a bomba na casa de força foi colocada pelos dois militares e que, quando armavam a dispositivo de detonação de um segundo petardo, este explodiu dentro do carro. O Capitão, conforme notícias, tinha feito um curso antiguerrilha e era especialista em guerra química. As bombas que explodiram no Rio Centro eram acionadas por um dispositivo químico que marca o tempo, segundo a imprensa do Rio. (NOSSO TEMPO, Ed. 21, p.6, 6 de maio de 1981).

O Jornal ainda traz uma matéria especial com um cronograma de atentados praticados por grupos radicais do governo, que atuavam contra o processo de abertura e pela retomada da onda de repressões.

EM 1980

18/1 - desativada bomba no Hotel Everest, no Rio, onde estava Leonel Brizola

27/1 - bomba explode na quadra da Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro, no Rio, durante o comício do PMDB.

13/3 - desativada bomba no Escritório do advogado Sobral Pinto Rio.

22/3 Bomba no aeroporto de Guarapuava, no Recife.

30/03 - duas bombas, explodem no jornal Hora do Povo, no Rio de Janeiro

5/04 Três livrarias são alvejados a tiros em São Paulo.

13/04 - coletora federal de Resende, no Rio, é danificada por três bombas de baixo poder.

18/04 - o deputado federal Fernando Lyra e a esposa do senhor Marcos Freire são sequestrados e levados para um motel.

26/04 - bombas explodem em uma loja do Rio que vendia Ingressos para o show de primeiro maio.

30/04 - Em Brasília, Rio, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, e São Paulo, bancas de jornal começam a ser atacadas numa ação que durou até setembro

23/05 Bomba destrói a redação do jornal Em Tempo, em Belo Horizonte

29/05 - bomba explode na sede do Convergência Socialista, no Rio.

30/05 - Explodem duas bombas no sede do jornal Hora do Povo, no Rio.

27/06 - bomba danifica a sede da casa de Jornalista, em Belo Horizonte.

10/07 - o escritório do advogado Luis Eduardo Greenhalg, em São Paulo, é alvejado a tiros durante a madrugada. No Rio, o automóvel do deputado Marcelo Cerqueira é incendiado.

11/08 - bomba é encontrada em Santa Teresa, no Rio, num local conhecido por Chororó. Em São Paulo, localizada uma bomba no Tuco, horas antes do realização de um ato público.

12/08 - bomba fere a estudante Rosane Mendes e mais dez estudos no cantina do Colégio Social da Bahia, em Salvador.

27/08 - no Rio, explode bomba carta enviada ao Jornal "Tribuna Operária". Outra bomba-carta e enviada sede do OAB, no Rio, e na explosão morre a secretária da Ordem, Lyda Monteiro. Ainda nesta data explode outra bomba carta, desta vez no prédio da Câmara Municipal do Rio.

28/08 - desativada bomba-cara enviada a sede do Delegacia Regional de Sunab, no Rio. Neste mesmo dia explodem bombas -no Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia num terreno baldio em Barbacena e na sede do Junta de Alistamento Militar em Antonio Carlos, cidades do interior de Minas Gerais.

04/09 - desarmada bomba no Largo da Lapa no Rio.

08/09 - explode bomba-relógio noa garagem do prédio do Banco do Estado do Rio Grande do Sul em Viamão (RS).

12/09 - duas bombas em São Paulo: uma fere duas pessoas em um bar em Pinheiros e a outra danifica automóveis no prédio da 2a Cia de Policiamento de Trânsito, no Tucuruvi,

14/09 - bomba explode no Prédio do Receita Federal em Niterói.

14/11 - Três bombas explodem em dois supermercados do Rio.

18/11 - bomba explode e danifica a Livraria Jinkings, em Belém.

08/12 - o carro do filho do deputado Jikingis é destruído por uma bomba Incendiária em Belém.

EM 1881

05/01 - outro atentado a bomba em supermercado do Rio. 07/01 - na Cidade Universitária, no Rio, bomba explode em

ônibus a serviço da Petrobrás.

16/01 – bomba danifica relógio público instalado no Humaitá no Rio.

02/02 - é encontrada, antes de explodir bomba colocada no aeroporto do Brasília.

26/03 - atentado as oficinas do jornal "Tribuna do Imprensa', no Rio.

31/03 - bomba explode no posto do INS em Niterói.

2/04 - atentado a bomba no residencial do deputado Marcelo Cerqueira no Rio.

03/04 - parcialmente destruída com a explosão de uma bomba, a Gráfica Americana, no Rio. 28/04 - o grupo Falange Pátria Nova destrói, com bombas, bancas de jornais de Belém.

30/04 - duas bombas explodem no estacionamento do Riocentro.

02/05 - atentado a bomba danifica parcialmente a sede do Jornal I "Hora do Povo", em São Paulo.

(NOSSO TEMPO, Ed. 26, p.11 17 de junho de 1981)

Nota-se que os atentados ocorrem principalmente a locais que tem relação com a oposição e com um movimento crítico: sedes de jornais, bancas de jornais de forma a impedir a difusão destes, ataques a políticos, locais públicos de forma a chamar a atenção das autoridades, espaços vinculados a advogado, lembrando que houve um movimento da OAB em prol da democracia. Enfim, mesmo sem haver luta armada, grande justificativa da repressão, continuou havendo repressão a locais vinculados a oposição a Ditadura.

Uma prova de que os ataques vinham da direita, veio com a morte do sargento responsável pela bomba Riocentro. Este, e o capitão, foram pegos com a "boca na botija", não havendo como negar as circunstâncias. Porém, as ações dos radicais não foram punidas, muitas vezes por não haver provas, ou uma investigação mais profunda que pudesse levar a tais provas. A única ação que teve grande repercussão, de fato, foi o caso Riocentro, pois a ação gerou um resultado inverso.

No entanto, o governo não tinha interesse em punir os responsáveis, ou abrir espaço para uma radicalização ainda maior do movimento contra o processo de abertura, que poderia "atrapalhar" os planos da classe dominante e do presidente Figueiredo. Sobre esta impunidade, podemos observar no trecho de um editorial do jornal Nosso Tempo, que não deixou de dar sua opinião.

Um IPM conduzido pelos próprios pais das bombas não levará a nenhuma solução. O encaminhamento do inquérito é burocrático das autoridades do Exército buscam lançar confusões para minimizar o dramático acontecimento. Primeiro disseram que o capitão e o sargento foram vítimas; depois, como já não dava mais para esconder o sol com a peneira, começaram a sair com evasivas. Só falta agora eles enquadrarem a bomba na Lei de Segurança Nacional por ela explodir antes da hora, ou então anunciarem que os lançadores de bombas são comunistas infiltrados no DOI-CODI. (NOSSO TEMPO, Ed.22, p.2, 13 de maio de 1981, grifos nossos).

Saliento a Ironia do texto, muito presente nos textos publicados no jornal pelos editores, especialmente por Juvêncio. Quanto a discussão, Os grupos responsáveis faziam parte dos setores "duros" dentro do exército. Em 1981, no governo Figueiredo, esses setores tiveram um avanço estabelecendo uma correlação de forças entre eles e os favoráveis a abertura. Nas Forças Armadas e nos ministérios militares do governo, os militares duros conquistaram posições dominantes, possibilitando a manutenção do aparato repressivo e de informações. Essa manutenção possibilitou a intensificação dos atentados terroristas nos anos 1980 e 1981, como podemos notar pelo cronograma de atentados. (MACIEL, 2004, P. 261)

O processo de abertura foi iniciado a partir do movimento castelista dentro do exército, que como já abordado, tinham relações diretas com o setor empresarial. Com o processo de abertura "democrática", acentuou-se o movimento de oposição organizado pelos "duros", que defendiam a manutenção do regime. Durante o período de substituição de Geisel na presidência, houve uma longa disputa entre os duros e os castelistas, porém, as estratégias de Geisel levara a ascensão de Figueiredo e a permanência do projeto de distensão de forma controlada (KUCINSKI, 1982, p.73)

Nesse contexto de ataques em que os responsáveis não eram investigados, Juvêncio ainda se encontrava preso, o que levou um grande contingente de pessoas a se mobilizarem pela libertação de Juvêncio,

"Enquanto é esperado o "habeas corpus" para Juvêncio Mazzarollo, as manifestações de solidariedade se sucedem em todo o país. Durante os últimos dias diversas personalidades e entidades mostraram seu repúdio e condenação de nosso companheiro de trabalho. No dia 10 foi realizado em Foz do Iguaçu, em frente a Câmara Municipal um ato de repúdio a condenação e de solidariedade ao Diretor do Nosso Tempo. Apesar da intensa chuva que só parou de cair por volta das nove e meia e de coincidir o Ato com o campeonato de pesca ao dourado, quinhentas pessoas estiveram presentes e todos se manifestaram através de cânticos e estribilhos. "Povo unido jamais será vencido", "Liberdade para Juvêncio" e "Abaixo a Lei de Segurança Nacional" foram as palavras de ordem que os manifestantes mais usaram." (NOSSO TEMPO, Ed. 55, p.2, 29 de Outubro de 1982)

Juvêncio teve o habeas corpus negado pela justiça. Permaneceu preso, sofreu uma transferência para Curitiba, fez greve de fome e foi solto apenas em

abril de1984, após inúmeras manifestações de apoio da população, de políticos e religiosos para que fosse solto.

Essas mobilizações ainda somavam-se com a luta pelas Diretas Já! Afinal, o processo de "abertura" já estava em andamento, mas diante desse contexto, não havia se conquistado muito e a luta agora era por eleições diretas para governador e presidente.

A partir do início de 1982, o jornal passou a dar foco as eleições e os partidos políticos. Os partidos voltaram à ativa no final de 1978, dissolvendo-se o bipartidarismo representado pela ARENA e pelo MDB, e organizando-se em PP, PT, PSDB, PDT e PTB. Nessa mudança política, é importante entender o papel de pelo menos dois partidos: o PDS e o PMDB, os partidos com mais força em Foz do Iguaçu.

O PDS (Partido Democrático Social) era o maior partido do bloco no poder, estando presente em 3.080 dos 4.000 dos municípios do país. (MACIEL, 2004, p.243). Suas ações evidenciavam sua relação com a antiga ARENA, servindo como instrumento de articulação entre membros da classe dominante e o Estado, refletindo o compromisso com o cesarismo militar e a autocracia burguesa (idem).

O PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) consistia em uma frente policlassista e encontrava-se entre os partidos de oposição ao governo, sendo o de maior inserção parlamentar. Aglutinava

desde setores oposicionistas e não-hegemônicos do bloco no poder, como o médio capital industrial e a média propriedade rural, passando por setores tradicionais da classe média urbana, até parte dos novos movimentos das classes subalternas, tanto urbanos quanto rurais. (MACIEL, 2004, P.248).

A divisão dos dois partidos representativos na ditadura foi uma estratégia do governo de modo a enfraquecer a oposição, principalmente o MDB, que passou a ser o voto de protesto da população contra a ARENA, partido do governo (MACIEL, 2004, p.231). O MDB era formado por diversos grupos políticos e classes sociais, portanto, captavam o interesse de grande parte da população, podendo se constituir uma frente política forte e ocasionar a emergência do protesto popular. Com a sua dissolução, a intenção do governo era enfraquecer essa possibilidade.

Porém, as organizações de esquerda como o PCB, o PCdoB e o MR8, não eram reconhecidas pelo governo enquanto partidos, os quais continuaram a direcionar forças ao então PMDB, que manteve-se forte (MACIEL, 2004, p.249). A forte presença do PMDB, em especial em Foz do Iguaçu, pode ser percebida nas matérias do jornal, bem como o declínio do PDS. Estes dois partidos, o primeiro enquanto oposição e o segundo enquanto aparato do governo, encontravam-se numa disputa acirrada para as eleições de 1982, para governador.

Essa disputa acirrou-se a partir do Pacote de Novembro, estabelecido pelo governo com o intuito de estabelecer o voto vinculado para todos os cargos, a obrigatoriedade de os partidos apresentarem chapa completa (de vereador a governador) para poderem disputar a eleição e a proibição de coligações entre os partidos. (MACIEL, 2004, p.269).

Essas medidas tinham o intuito de interferir na organização da oposição para as eleições, impedindo frentes de oposições e garantindo a hegemonia do PDS. Em resposta a medida, Ulisses Guimarães (PMDB) e Tancredo Neves (PP) promoveram a fusão de seus partidos, mantendo o programa do PMDB.É importante ressaltar que o PP foi formado por antigos membros da ARENA e do MDB, complementando, portanto, o policlassismo dentro do PMDB. Dessa forma, o Pacote de Novembro não teve o mesmo efeito, pois ao invés de enfraquecer a oposição, fortaleceu.

Nosso Tempo abordou insistentemente sobre os partidos nesse período eleitoral, caracterizando-os de acordo com a perspectiva dos editores que depositavam na oposição a esperança na guinada para a democracia. O PDS era tido por eles como o "partido do capeta", devido às inúmeras arbitrariedades cometidas. Era claro o posicionamento do jornal contra o partido, sempre com muita ironia e sátira sobre os temas abordados, além de desafiador, ao denominar o próprio partido do governo como "do capeta" como pode ser observado a seguir.

Francamente, o que vem fazendo o partido do regime militar, o PDS, para vencer as eleições é de assustar e revoltar o mais frio e indiferente expectador dessa competição já totalmente aviltada.

Nem é preciso recorrer ao comportamento do PDS no país ou no Estado. Basta acompanhá-lo em sua senda em Foz do Iguaçu,

onde a turma do **"partido do capeta"** está se valendo do que há de mais imoral para tentar algum resultado positivo.

Em matéria de utilização de recursos públicos para a campanha eleitoral por parte do PDS é de levantar o clamor do povo em súplica para que termine essa orgia que deixará os cofres do governo completamente devastados. (NOSSO TEMPO, Ed.50, p.2, 20 de agosto de 1982, grifos nosso).

E continuam: "Empreguismo, corrupção em todas as suas formas e requintes, mordomias, favorecimentos e todo um complexo de baixezas compõe o dossiê do PDS nesta competição eleitoral." (Idem).

Uma evidência desta situação é citada na mesma matéria,

Francisco Freire denunciou na Câmara de Vereadores que candidatos do PDS mantém em Foz do Iguaçu um cassino clandestino que rende para o partido 800 mil cruzeiros semanais, e realmente o cassino existe e está localizado na margem esquerda da estrada que conduz às Cataratas do Iguaçu, uns quinhentos metros adiante da entrada para o Aeroporto Internacional. (Idem)

Ε

E não é só. Máquinas da Prefeitura (fotografadas pela reportagem de Nosso Tempo) trabalharam na terraplanagem e compactação do terreno onde está a sede do PDS, sendo que o proprietário do local é o próprio presidente do partido, Arnaldo Chemim. Há quem suspeite inclusive de que foi empregado material da Prefeitura na construção dessa sede. (Idem)

Tais regalias eram ainda mais fáceis porque na prefeitura encontrava-se um prefeito nomeado do partido. Referente a força do PMDB, o próprio Aluízio Palmar, que era candidato a vereador pelo PDT de Foz, declarou sobre sua campanha: "Nosso objetivo é organizar os setores oprimidos e marginalizados e não enfraquecer o PMDB que é o único partido com chances de derrotar o governo opressor e corrupto de oligarquista Neysta." (Idem, p.9)

Neysta refere-se à de Ney Braga, militar e até então governador do Paraná pelo PDS. Seu governo gerava insatisfação popular, pois não se agia perante a miséria e a arbitrariedade. Em 1982, o candidato a governador do Paraná pelo PMDB, José Richa, vence as eleições.

O bipartidarismo se manteve em muitas regiões, representado agora pelo PDS e pelo PMDB, pois as estratégias do governo dificultaram a organização dos outros partidos, o que fazia com que parte da oposição se concentrasse principalmente no PMDB. Apesar do PDS vencer nos estados do

Nordeste, o PMDB se consolidou enquanto oposição fortalecendo, porém, os setores moderados e conservadores do partido em detrimento dos setores populares, ampliando a relação com os blocos no poder (MACIEL, 2004, p.275).

A proximidade entre as frações das classes dominantes com a oposição, representada principalmente pro PMDB, fortaleceu-se com a crise econômica que o país passava e que colocava em descrédito o governo militar e sua representação institucional pelo PDS.

Porém, para *Nosso Tempo*, diante do contexto do regime militar o PMDB representava um avanço para a democracia, mesmo que mantivesse vínculos com as classes dominantes. Em algumas matérias fica evidente a crença do Jornal na atuação PMDB em confronto ao PDS, o partido do governo. Após a repressão incessante sobre a militância armada, o voto de protesto era a saída que encontravam para a mudança. Essa crença fica evidente no seguinte trecho

O elitismo fascista do poder que o PDS pretendia sustentar havia posto a sociedade num labirinto sem saída. Mas a vitória do PMDB, especialmente no Paraná, significou a abertura das portas para a arrancada do povo rumo à libertação. Aliás, se isso não for verdade e se não se caminhar nessa direção, grandes catástrofes virão, cedo ou tarde. (NOSSO TEMPO, Ed.58, p.4, 15 de janeiro de 1983)

No caso do prefeito, o processo sucessório de Cunha Vianna se deu nos primeiros meses de 1983. A possibilidade da eleição direta se tornou distante, mas a exigência para que o prefeito fosse da cidade, mantinha-se, como podemos perceber

Em reunião realizada na semana passada, os vereadores de Foz do Iguaçu, debaterem amplamente a questão da sucessão municipal, condenando veementemente a nomeação de pessoa que não seja de Foz, uma vez que se concretize a renúncia do coronel-prefeito Clovis Vianna. (NOSSO TEMPO, Ed. 74, p.6, 23 de junho de 1983).

Em fevereiro de 1984 Vianna renunciou. Para sua sucessão, os partidos com maior força enviaram o nome de seus candidatos para compor uma lista tríplice que seria enviada ao presidente da República. Esta lista era composta por Mário Boff (PMDB), Wádis Benvenutti (PDS) e Nadir Rafagnin (PMDB). Porém, o processo sucessório demorou mais de oito meses para ser efetivado

devido à demora do envio pelo próprio governador Richa. (NOSSO TEMPO, Ed. 103, p. 2, 27 de janeiro de 1984).

Nota-se uma contradição na atuação do governador, que além de permitir um nome do PDS, ainda demorou para enviar a lista tríplice, mesmo diante das pressões populares pela substituição do prefeito. Essa demora foi justificada pelos membros do PDS devido à divisão do partido na indicação dos nomes, entre Wádis Benvenutti e Sérgio Levi, este último, indicado pelo presidente da Itaipu (Costa Cavalcanti) e a próprio pedido de José Richa, segundo membros do diretório que estiveram e convenção com o próprio. (Idem).

Tal acusação não foi confirmada, mas após os muitos meses de demora, a lista tríplice foi enviada e Wádis Benvenutti tornou-se o novo prefeito, expressa em uma matéria não muito crítica, mesmo sendo o prefeito membro do PDS. ÷

(...) o então vereador pelo PDS é o novo prefeito nomeado de Foz: Na próxima segunda feira o empresário e vereador Wadis Benvenutti assinará o termo de nomeação como prefeito de Foz do Iguaçu. O ato será realizado no Palácio Iguaçu, na presença do governador José Richa. Onze dias depois Wádis assume o cargo encerrando um longo ciclo de prefeitos forasteiros. Dezenove anos depois de Foz do Iguaçu entrar no rol dos municípios considerados de "Segurança Nacional", esta é a primeira vez que a comunidade é consultada e um dos seus munícipes assume o mais alto cargo do município." (NOSSO TEMPO, Ed. 107, p.13, 24 de fevereiro de 1984).

Retomando a vitória de Richa, os ânimos ficaram exaltados e mantiveram-se a esperança e a luta pelas eleições diretas para presidente. As campanhas por eleições diretas para eleger o presidente da República estouravam por todo o Brasil, inclusive em Foz do Iguaçu, em julho de 1983.

A campanha popular por eleições diretas para presidente da República e prefeito nas áreas de segurança começou na última Segunda- feira em Foz do Iguaçu. *Comí*cios foram realizados no Portal da Foz. Vila Paraguaia e Jardim das Flores. A situação nacional e os problemas gerados pela Doutrina de Segurança Nacional têm sido exaustivamente debatidos nestes encontros populares. (NOSSO TEMPO, Ed. 78, p.18, 21 de julho de 1983)

Ganhando cada vez mais força no Paraná, o movimento pelas Diretas reuniu no dia 12 de janeiro de 1984 aproximadamente 50 mil pessoas em Curitiba, ganhando as páginas de Nosso Tempo.

Diferenças numéricas à parte, a deflagração da campanha pelas eleições diretas para a Presidência em Curitiba, na quinta- Feira da semana passada, não foi apenas uma imensa aglomeração que superou amplamente as expectativas, como representou, sem exageros, um momento histórico no processo de redemocratização do País. Só não viu quem não quis. (NOSSO TEMPO, Ed. 102, p. 10, 20 de janeiro de 1984)

O interior do estado compareceu em peso ao comício, exigindo em um coro só a eleição direta para presidente.

No entanto, as Diretas Já carregavam uma dupla dimensão, como caracterizou David Maciel (2004), pois tratava-se de um movimento policlassista, cujas tendências dividiam-se em setores vinculados à oposição antiautocrática e à oposição burguesa.

O primeiro corresponde à oposição que defendia, além das eleições diretas para presidente, um comprometimento com a mudança no modelo econômico e a eliminação da institucionalidade autoritária, numa luta antiautocrática. O segundo vinculava-se ao processo de escolha do futuro presidente e à possibilidade de ascensão ao Executivo Federal. Para este, a eliminação da institucionalidade autoritária não era claramente colocada, quando não era francamente escamoteada, e o tratamento da questão econômica limitava-se a retórica. (MACIEL, 2004, p.300)

Sintetizando, as classes populares, que mais sofriam com as arbitrariedades do governo, exigiam uma atuação mais radical, enquanto o movimento burguês preocupava-se com a sucessão de um representante dos seus interesses particulares no governo.

As Diretas Já resultaram na proposta da Emenda Constitucional Dante de Oliveira. Tal emenda, apresentada pelo Deputado Federal Dante de Oliveira (PMDB – MT), tinha o objetivo de reimplantar as eleições diretas para presidente da República no Brasil.

Os segmentos da oposição vinculados as frações da classe dominante, com já abordado, pretendiam elevar à presidência alguém que representasse seus interesses. Para tal, apoiaram o movimento das diretas a partir da defesa da emenda Dante de Oliveira. No Paraná, a Assembleia Legislativa se

posicionou por unanimidade a favor da emenda, enviando um documento aos deputados federais exigindo que no dia 25 de abril de 1984 votassem a favor da emenda.

Claro que a defesa da emenda partiu dos setores oposicionistas, em especial o PMDB, o partido que mais teria força pra enfrentar eleições diretas. Porém, como relatado no seguinte trecho, o PDS acabou por ceder às exigências e pressões populares e da oposição, já que o partido caia em descrédito no Paraná, inclusive na região de Foz que sofria com a intensa miséria.

Na primeira sessão em que a moção entrou em discussão encontrou uma forte resistência por parte dos deputados pedessistas, que saíram em defesa das eleições indiretas e do Colégio Eleitoral, e conseguiram adiar a votação, através de expedientes regimentais, durante duas sessões. Todavia, diante do desgaste político a que estavam sendo submetidos junto à opinião pública a bancada pedessista decidiu apoiar a iniciativa das eleições direta, agora, e emprestar solidariedade a moção dirigida ao Congresso Nacional. (NOSSO TEMPO, Ed. 111, p.9, 23 de março de 1984).

É importante salientar que a oposição burguesa, presente no PMDB, participava das Diretas com o intuito de fortalecer sua posição na arena de disputa política, como uma alternativa as frações da classe dominante. Ou seja, não tinham o intuito de radicalizar o movimento das Diretas, apenas objetivavam por fim ao regime militar, sem maiores mudanças nas condições econômicas e sociais. (MACIEL, 2004, p.302)

Dessa forma, a votação não saiu como planejada. O governo passou a agir de modo a impedir a aprovação da emenda, contando com o apoio do PDS e de figuras com Tancredo Neves (mais tarde candidato a presidência pelo PMDB-PP). Tancredo temia a radicalização do movimento pelas diretas e defendia que só haveria saída para os conflitos existentes se evitassem o radicalismo e fortalecendo a ideia de eleições diretas apenas em 1988.

E sob a articulação dos governistas e dos setores da oposição que temiam a organização dos setores populares, a Emenda foi derrubada, garantindo eleições diretas apenas para 1988.

Sob a miséria administrativa e política do presidente Figueiredo, no pantanal do jogo sujo praticado pela velharada decrépita que comanda o "bunker" de Brasília; dentro do lixeiro partidário que sempre foi o partido de sustentação do regime militar; sob o tacão da essência autoritária que faz das forças armadas o supra- sumo da

antidemocrata e com o comando do general Newton Cruz, **o governo** conseguiu patrocinar uma palhaçada sem precedentes ao impedir a aprovação da emenda Dante de Oliveira (NOSSO TEMPO, Ed. 119, p.4, 18 de maio de 1984, grifo nosso).

Nosso Tempo reconhece no governo e em seu partido, o PDS, os principais responsáveis pelo boicote a emenda, utilizando-se de palavras bastante atrevidas para descrever a atitude do governo e seus vinculados, mas não parece reconhecer a articulação de setores da oposição com o próprio governo, como no caso de Tancredo Neves.

Com a não aprovação das eleições diretas para 1985, as oposições tomaram outro rumo. Constituiu-se uma articulação a nível nacional para se indicar um nome para concorrer no Colégio Eleitoral. Essa articulação resultou na Frente Liberal, organizada pelos setores da oposição, na defesa da retomada da democracia (burguesa), focando suas forças no PMDB, o partido que mais tinha condições de vencer a eleição no Colégio Eleitoral.

Desde a articulação pelas Diretas, a oposição já pensava alguns nomes que poderiam concorrer à presidência. Eram eles: Ulisses Guimarães, presidente do PMDB; Tancredo Neves, membro do PP, partido que se unificou ao PMDB, e Franco Montoro.

Tancredo vinha se preparando para o cargo desde sua eleição para governador de Minas Gerais, atuando de forma a eliminar as resistências a seu nome dentro do campo governista, dialogando com setores do PDS e confrontando dentro do PMDB os setores mais à esquerda, que não lhes eram favoráveis. (MACIEL, 2004, p. 303). Assim, sua candidatura foi lançada em 1984, pois seu nome conseguia capitalizar o clamor popular e o apoio de setores expressivos do governo.

A partir de um texto de Juvêncio Mazzarollo, notamos o posicionamento do jornal:

Apesar de todas as restrições que se fazem a Tancredo Neves, a solução que o PMDB e a Frente Liberal do PDS vêm promovendo para resolver a encrenca da sucessão presidencial tem o apoio da maioria da nação. Há os que consideram o caminho da ida ao Colégio Eleitoral com Tancredo candidato da oposição e da defecção do PDS um grande achado e há os que consideram isso apenas o mal menor. Estes últimos são, sem dúvida, os que têm a melhor análise e a melhor posição, porque o acedo mesmo estaria na eleição direta, mas, já que não deu, paciência. O que restou para passar uma

gravata na perpetuação desse regime podre é o Colégio Eleitoral. Que vergonha para uma nação! Em todo caso, a culpa não é da oposição, e sim daquele lixeiro de políticos que impediu a aprovação da emenda constitucional das diretas já. (NOSSO TEMPO, Ed. 129, p.4, 27 de julho de 1984, Grifo nosso)

Juvêncio declarava seu posicionamento firme e sempre bastante ácido, mesmo após ter sido preso e liberto pouco tempo antes desta matéria ser produzida.

Em outra abordagem, agora de Aluízio, complementa-se o posicionamento do jornal.

Tancredo-já, ora bolas! Tudo bem, já que não deu vamos nos preparar para outras. Já guardei na gaveta minha camisa das diretas-já, tirei do carro o adesivo verde-amarelo e estou esperando aquele com Tancredo-já, peguei aquela faixona usada no comício que fizemos aqui em Foz e enfiei lá no quartinho dos fundos. Meu título de eleitor, que eu já havia tirado lá do meio das papeladas e colocado entre as páginas de O Capital, de Marx, já não será mais usado no meu voto patriótico, nacionalista e brizolista. Tá legal, vamos nessa de implodir com esta eme de regime usando o seu próprio veneno. Mas tem uma - mandato de dois anos para este governo de transição e Constituinte-já. Aguentar mais quatro anos de governo ilegítimo e sem respaldo popular para as grandes transformações que o pais exige, vai ser um saco. (Alu) (NOSSO TEMPO, Ed. 128, p.9, 20 de julho de 1984, Grifo nosso).

Os textos parecem expressar um certo conformismo dos editores sobre a candidatura de Tancredo, apesar da ironia e das críticas presentes, e a decepção pela derrota das Diretas Já. Tal conformismo pode ser justificado pelo opositor de Tancredo ser Maluf, figura detestada pelos próprios editores diante de vários escândalos que o mesmo se envolveu.

Juvêncio ainda justifica seu posicionamento como sendo esse processo de "transição" indispensável, pois se encerra um ciclo de infâmia como foi o regime militar com generais ou políticos comprometidos com o mesmo e que o que importa, é que "os que estão abaixo do governo precisam poder aporrinhálos." (NOSSO TEMPO, Ed. 129, p.4, 27 de julho de 1984)

As análises do contexto que o país vivenciava continuou, sempre expondo a opinião dos editores. Aluizio abordou na edição de 27 de julho de 1984 que

(...) independente das discussões que são travadas nas bases, o processo sucessório segue seu curso, passando nesta etapa pelo espúrio Colégio Eleitoral, onde super-eleitores vão escolher

o sucessor do general Figueiredo. E não resta dúvida de que esta disputa é de fundamental importância para a luta do povo brasileiro por democracia e mudanças sociais. Importante porque pode abrir caminho para a democratização, que só virá através de eleições diretas e Assembléia Constituinte. (NOSSO TEMPO, Ed.131, p.4, 10 de agosto de 1984, grifo nosso)

Aluzio ainda complementa:

Diante desta situação é que se coloca a necessidade de um posicionamento firme e lúcido, por parte das lideranças que estão comprometidas com o popular. O caminho para liquidar com o regime passa pela travessa do Colégio Eleitoral, mas deve dar acesso à grande avenida que são as eleições diretas para presidente e a Constituinte, que devem ser convocadas imediatamente pelo governo que terá o doutor Tancredo ria cabeça. (IDEM).

Tal posicionamento mostra que apesar de conformados com a candidatura de Tancredo, o jornal acreditava que era necessário continuar a luta para romper de vez com esse regime e a constante cobrança do governo.

O conformismo também não significava que os editores estavam alheios a organização da Aliança Democrática ter sido movida por interesses das frações das classes dominantes de indicar um candidato que representasse esses interesses, como podemos notar pela análise que Aluisio Palmar faz sobre essa aliança:

É mais ou menos por ai que as coisas se encaminham no Brasil. As elites se uniram para fazer duas ou três mudanças e tudo continuar como antes. A aliança do PMDB Com os dissidentes do PDS nada mais é do que a forma encontrada pelas classes dominantes para terem hegemonia no movimento cívico que clama por mudanças e que até três meses atrás se caracterizava pela campanha 'diretas já'". (NOSSO TEMPO, Ed. 146, 23 de novembro de 1984, Grifo nosso)

Essa relação fica mais evidente no seguinte trecho, que retrata uma visita feita por Figueiredo e o candidato à presidência Maluf à cidade.

A aliança do PMDB-dissidentes do PDS, tem confundido o atual processo de escolha do sucessor do general Figueiredo procurando não ferir os melindres dos setores. A palavra-ordem é "não dar pretexto. (...) Foi dentro dessa linha de não dar pretextos" que dias antes da vinda do Figueiredo a Foz do Iguaçu, com Maluf a tiracolo, um secretário do governo estadual esteve aqui e aconselhou o PMDB local a não fazer nenhuma manifestação de repúdio. Maluf veio, festou e foi embora sem que nada acontecesse na terra das Cataratas.

(NOSSO TEMPO, Ed. 146, p.4, 23 de novembro de 1984, grifo nosso).

Esse cenário, bastante diferente do período em que ocorria as Diretas Já, é resultado de um processo de negociação política entre o governo e a oposição burguesa, o que viabilizou a criação da Aliança Democrática e a candidatura de Tancredo Neves, pois era interessante a ambos, um candidato que servisse ao interesse de ambos, e não representasse uma ruptura imediata com a institucionalidade autoritária e o cesarismo militar, não causando no processo de eleição, uma crise de hegemonia.

No momento em que a emenda Dante de Oliveira era votada e reprovada, os governadores do PMDB já se reuniam e articulavam os próximos passos do partido, o que romperia com qualquer possibilidade de eleição direta (MACIEL, 2004, p. 305). O nome de Tancredo foi resultado do diálogo direto entre os governadores, servindo aos interesses das frações da classe dominante de manter um processo de abertura lento, gradual e seguro.

O PMDB, bem como seu candidato, ao constituírem uma aliança com os dissidentes do PDS, aceitaram que não haveria revanchismo, caso o candidato fosse eleito. Ou seja, deveriam recusar qualquer ataque ao que chamavam de "Revolução de 1964", o que permitira o apoio à candidatura por parte de importantes militares, principalmente Geisel.

Tais acontecimentos reforçam a intenção da oposição burguesa, com maior força dentro dos partidos já que muitos partidos de esquerda ainda estavam na clandestinidade e o PT não tinha inserção suficiente no campo eleitoral, de que seus objetivos baseavam-se na escolha de um representante de seus interesses no Executivo, de forma a não perderem sua hegemonia econômica, política e social.

No dia 15 de janeiro de 1985 Tancredo Neves vence as eleições no Colégio Eleitoral³. O acontecimento não ganhou sequer a capa do Jornal *Nosso Tempo*, apenas notas espalhadas pela edição de número 152, a primeira do ano de 1985, no dia18 de janeiro, três dias após a eleição.

68

³Colégio Eleitoral é um órgão formado por um conjunto de eleitores com o poder de um corpo deliberativo para eleger alguém a um posto particular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de abertura iniciado durante o governo Geisel, diante das condições já abordadas nos primeiros capítulos, culminou na eleição de um civil após 20 anos de ditadura militar. Tancredo Neves havia sido eleito por eleição indireta no colégio eleitoral.

Nosso Tempo, então, se pronunciou diante o acontecimento a partir de uma nota intitulada "Até que enfim":

Ufa! Até que enfim dá pra respirar. O Colégio Eleitoral elegeu o doutor Tancredo Neves. Agora é só esperar sua posse no dia 15 de março e ver o que vai dar tudo isso. O governo da coalizão PMDB mais dissidentes do PDS tem uma missão a cumprir: redemocratizar o país. Pelo menos no nível institucional. É uma missão importante e a nação vai empurrar o novo governo, para que a transição se faça num menor prazo de tempo possível. (NOSSO TEMPO, Ed. 152, p. 7, 18 de janeiro de 1985, Grifo nosso).

O fato do jornal não ter dado uma capa ao acontecimento da eleição aponta para uma interpretação importante, que seria a decepção com a oposição representada pelo PMDB diante dos acontecimentos: o fim da luta pelas Diretas pelo partido, a aliança com dissidentes do PDS, partido que combatiam, o posicionamento "não revanchista" do candidato, num discurso de esquecimento sobre os 20 anos de ditadura, o próprio apoio de militares como Geisel a esta candidatura, enfim, itens abordados aqui.

Ao mesmo tempo, revelam um alívio com a eleição de um membro da oposição, um civil após 20 anos de militares no poder, um acontecimento que facilitaria a transição para a democracia desejada e as eleições diretas, sem deixar de salientar a participação popular nesse processo.

Esse alívio é evidenciado em outra nota da mesma edição:

Emocionante sobre todos os pontos de vista a votação do Colégio Eleitoral. A esmagadora maioria dos senadores e deputados expressou a vontade popular, como nunca antes em nossa história. O continuismo foi liquidado nas praças e enterrado no dia 15. O regime militar vai se acabando e mais uma etapa é vencida pela garra do povo brasileiro. Tudo isso é consequência de vinte anos de resistência democrática, que se manifestou através de atos públicos, da luta armada, das greves e muita atuação clandestina. Valeu a pena, e a luta continua. (IDEM).

O Jornal, atuando enquanto uma mídia contra hegemônica, utilizou da crítica, do sarcasmo e de uma linguagem popular para difundir seu posicionamento de oposição à Ditadura, cuja eleição de Tancredo foi vista com um avanço à democracia, apesar desta eleição ter garantido às classes dominantes a manutenção de seus interesses e de sua permanência enquanto dominantes, ou seja, não houve uma mudança radical na economia ou na sociedade, apenas a retirada dos militares do governo.

Por fim, compreendemos que *Nosso Tempo* significou para esse momento da História um importante instrumento de oposição ao regime militar, denunciando suas podridões e diferenciando-se a mídia corporativa que reafirmava e justificava as ações do governo.

O jornal nos mostra que Foz do Iguaçu foi atingida pela Ditadura militar, assim como todo o país, com miséria da população a partir dos projetos econômicos, com a repressão desmedida da polícia, as desapropriações da Itaipu, prefeitos biônicos, e a própria prisão de Juvêncio Mazzarollo, assim como muitos outros enquadrados na Lei de Segurança Nacional, sem se quer significar uma ameaça a segurança de fato, e sim, por se opor ao regime.

Mostra também que houve resistência, que a população não aceitou a ditadura como algo natural, sem reagir às suas consequências. Percebemos isso na organização das CEBs, do movimento Diretas Já, no movimento de luta organizado pelos desapropriados da Itaipu, e no próprio jornal, que não se calou perante tantas incoerências.

Não se pode livrá-lo de críticas ou tomá-lo como verdade absoluta. Porém, ao abrir espaço para a população mais empobrecida, aos que sofreram diretamente com as ações arbitrárias do governo, mostra-se outro lado da História, um lado que se busca esquecer, amenizar ou até mesmo enaltecer para legitimá-lo.

Quanto à posição do jornal sobre o PMDB e o processo de sucessão presidencial, é importante refletir que diante do contexto de ditadura, o passo para a democracia a partir da eleição de Tancredo era uma das últimas esperanças para o povo, portanto, o apoio ao único partido que teria chances de ascender ao governo foi inevitável, mas que as críticas foram feitas e os erros evidenciados.

Desta forma, concluo este trabalho salientando a importância da fonte utilizada e da historiografia crítica sobre a Ditadura Militar para relembrar os anos de violência institucionalizada, arbitrariedades infindas e uma economia caótica. Um período que deve ser lembrando para nunca mais ser repetido. Para que não se esqueça. Para que NUNCA mais aconteça

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso é resultado de um projeto de iniciação científica de mesmo título, realizado entre os meses de agosto de 2014 a agosto de 2015, com financiamento da Fundação Araucária. Tem por objetivo investigar a visão produzida pelo jornal *Nosso Tempo* sobre a Ditadura militar no Brasil entre os anos de 1980 a 1985, período em que se dava o chamado processo de distensão, que resultaria no fim do regime militar e passaria a democracia burguesa com a ascensão de Tancredo Neves.

O jornal deu início as suas atividades em 3 de dezembro de 1980, surgindo com uma proposta diferenciada, que destoava da visão que a mídia empresarial produzia sobre o período. Era uma produção resultante da união de três principais sujeitos: o militante de esquerda Aluízio Palmar, o jornalista João Adelino de Souza, e o professor Juvêncio Mazzarollo.

Aluízio Ferreira Palmar é natural de São Fidélis, onde estudou Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense, envolvendo-se com a militância revolucionária, resultando em sua prisão e banimento do país. Voltou ao Brasil antes de ser anistiado, e seguiu em Foz do Iguaçu – Paraná, onde iniciou suas atividades como jornalista.¹

Juvêncio Mazzarollo era formado em letras, atuando por um tempo enquanto professor na rede pública. Teve envolvimento direto com a defesa dos direitos dos professores, tendo vínculo com a organização do núcleo sindical APP (Associação dos Professores do Paraná)². Sua postura combativa o aproximou das produções jornalísticas, atuando em dois jornais, sendo eles *Hoje Foz* e *Nosso Tempo*.

No Jornal Hoje Foz, trabalhavam Aluizio, Juvêncio e João Adelino de Souza, que após serem demitidos por não se encaixarem no perfil do jornal, após sua venda a Jucundino Furtado, político vinculado a Arena, uniram-se na produção do Jornal Nosso Tempo.³ Sobre Adelino de Souza, não há muitas informações além de seu trabalho enquanto jornalista.

¹ Informações retiradas do sítio online: http://www.saofidelisrj.com.br/ - Acesso: 01 de maio de 2015

² Informações retiradas do sítio online: http://www.appsindicato.org.br/ - acesso: 01 de maio de 2015

³ Informações retiradas do sítio online: http://www.nossotempodigital.com.br/ - Acesso em 1 de maio de 2015

O periódico *Nosso Tempo* era uma produção semanária, apesar de em fevereiro de 1982 ter sido limitado por certo período à uma produção quinzenal devido a falta de verbas. Contava com um modelo cujo número de páginas variava, incluindo com capa, editorial, matérias principais, um setor denominado "Psiu" com abordagens breves de temas em voga e um setor que durou nos primeiros anos chamado "cartas" em que expunha críticas variadas dos leitores. Este último setor permitia uma proximidade com o leitor, possibilitando identificar a receptividade e as críticas ao semanário.

Na sétima edição, os editores explicam aos leitores sobre a formação do jornal, dizendo:

No expediente deste jornal há duas relações, a dos sóciosproprietários da Editora Nosso Tempo Ltda. e dos editores que fazem o jornal Nosso Tempo. Para a formação da empresa reuniu-se um grupo heterogêneo de pessoas, formouse capital necessário e começou-se a editar o jornal para satisfazer um desejo bem perceptível na comunidade iguaçuense de ter um órgão de imprensa escrita aberto, crítico e, de certo modo, que preenchesse um vazio existente nesse setor. (NOSSO TEMPO, Ed.7, p.2, 21 de janeiro de 1981, grifo nosso).

Neste mesmo trecho é acentuado que a responsabilidade pelas matérias é completamente dos editores e não dos sócios. Inclusive, durante a perseguição ao jornal, que foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, a situação tornou-se tão problemática financeiramente devido a boicotes, que os sócios da Editora Nosso Tempo Ltda. desistiram de investir, fazendo com que os editores tomassem todas as responsabilidades, o que os levou a fazer um pedido de ajuda em um dos editoriais:

Dizer que precisaremos de colaboração é cair no lugar comum. Mas é impossível fugir desse pedido. Há muito entusiasmo em torno deste jornal. Sua volta às bancas é motivo de orgulho para nós e para todos os que se habituaram a esta leitura semanal (que agora será quinzenal). Se fechássemos definitivamente a publicação, haveria queixas e lamúrias. Ora, a tarefa de manter Nosso Tempo é de todos os que acham o trabalho bom e necessário. Fazer jornal é algo extremamente oneroso. Com um pouco mais de desprendimento, todos podem dar sua parcela de contribuição para que nossa luta continue e seja vitoriosa Seja inserindo publicidade no jornal, seja adquirindo e lendo Nosso Tempo, ou ainda mandando alguma coisa. Só suportaremos a tarefa se encontrarmos bastante generosidade entre os que podem (e devem) ajudar. (NOSSO TEMPO, Ed.43, p.2, 26 de fevereiro de 1982).

Para que pudessem complementar a verba necessária para sua produção, o jornal abria espaço para a publicidade do comércio local e regional, por isso são encontradas inúmeras publicidades ao longo das edições, desde o início de sua produção. Podemos observar alguns exemplos a seguir.



Figura 01 - Publicidade no Jornal Nosso Tempo

Fonte: Jornal Nosso Tempo, Ed. 43, p. 14, 26 de fevereiro de 1982

O uso constante de charges e desenhos satíricos sobre os temas abordados também era comum. Os editores utilizavam as charges como complemento às críticas produzidas por eles, uma forma de ilustrar humoristicamente e ganhar atenção dos leitores. Esse elemento visual permitia, muitas vezes, uma maior compreensão da crítica elaborada, ou complementava esta.



Figura 02 – Charge sobre a democracia e violência policial no Governo Figueiredo

Fonte: Jornal Nosso Tempo, Ed. 32, p. 14.30 de setembro de 1981



Figura 03 – Charge sobre a arbitrariedade do PDS Fonte: Jornal Nosso Tempo, Ed.53, p.13 - 10 de setembro de 1982

Pelas charges, podemos observar que os editores se utilizavam de imagens bastante provocativas, assim como utilizadas nas capas das edições. Pode-se evidenciar isso pela capa da primeira edição do Jornal, referente a tortura presente em Foz do Iguaçu:

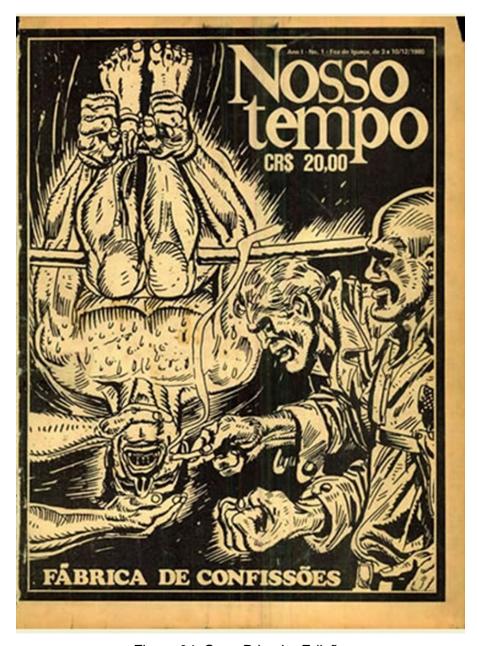


Figura 04: Capa Primeira Edição Fonte: Nosso Tempo, Ed. 1, 3 de dezembro de 1980.

Somado a isso, tem-se a linguagem utilizada nas matérias, cuja presença de ironia e palavras de afronta aos governantes e a elite da época. Pode-se observar essa afronta nos próprios títulos das matérias, como na intitulada "Os arrotos dos generais". Nessa matéria, Juvêncio Mazarollo expressa sua opinião sobre o golpe militar e a anistia, com críticas e afrontas diretas aos militares:

Depois da pseudo-libenalização do regime, abriram-se possibilidades de levar ao público a verdade, mas os homens fardados esperneiam e não estão dispostos a permitir que isso continue. Muito menos aceitam que se pugne para responsabilizarem os criminosos protegidos sob as fardas

dos homens que ainda infelicitam a pátria estando teimosamente no trono. (NOSSO TEMPO, Ed. 12, p.16, 25 de fevereiro de 1981)

Na edição de estreia os editores fizeram questão de expor qual era o posicionamento do jornal, que traria uma abordagem diferenciada em relação a mídia empresarial, a grande mídia. Defendiam uma produção autônoma, tanto financeira quanto politicamente.

Nós optamos pela **liberdade**. Consequentemente buscaremos a independência. Resistiremos até o limite em que este objetivo seja praticável, por mais quimérico que possa ser. **Ninguém poderá negociar conosco nossa opção.** Nossos princípios não tem preço. Jamais faremos deste órgão de comunicação um carrasco de nossos princípios. (NOSSO TEMPO, Ed.1, p. 2, 3 de dezembro de 1980, grifo nosso)

(...) o jornalismo engajado, analítico e crítico não é facilmente digerido pelos privilegiados que não aceitam perturbações a seu comodismo. Nem sempre o remédio mais eficaz é o que mais agrada ao paladar do doente. O NOSSO TEMPO estará sempre em busca do remédio eficaz, tenha o sabor ou o dissabor que tiver. (Idem, grifo nosso)

Realçam seu posicionamento ao longo das edições, como no seguinte trecho de um editorial de 1981:

O espaço deste jornal foi usado para criticar aqui o que os editores consideram de mais injusto entre nós: a violência e o desrespeito a pessoa humana. Muito se falou e muito se pretende falar a respeito do comportamento de nossa Policia Civil e Federal, que, através do despreparo de determinados indivíduos, tem colocado o valor destas instituições policiais no descrédito popular, quando elas desrespeitam os direitos da pessoa humana. (NOSSO TEMPO, Ed. 20, 29 de abril de 1981)

Diante dessas declarações, os editores afirmam sua independência política e econômica perante as arbitrariedades da época, vinculados ao aparelho repressivo organizado pelo governo e às frações da classe dominante, aos "privilegiados" acomodados com a situação de exploração e opressão dos trabalhadores e trabalhadoras.

Sobre as edições, foram analisadas 152, desde dezembro de 1980 a janeiro de 1985, todas disponíveis no acervo online do jornal⁴, bem como a apresentação dos editores e a origem do jornal.

⁴Disponível em/Retirado de http://www.nossotempodigital.com.br - Acesso em 20 de maio de 2015

Diante do levantamento de fontes, percebemos alguns dos principais temas abordados no jornal e os que foram objeto de interesse desta análise, de acordo com meu critério de seleção (política, movimentos sociais, economia). Esses temas são: violência policial, a condição econômica do país e a miséria, conflitos agrários, a construção da hidrelétrica Itaipu e suas consequências, as eleições de 1982 para governador, o multipartidarismo, resistência popular, Diretas Já e a eleição de Tancredo Neves.

As temáticas abarcavam questões nacionais e regionais, levando em consideração que Foz do Iguaçu estava enquadrada enquanto Área de Segurança Nacional, por ser zona de fronteira, e por isso, sofria diretamente com a presença de autoridades biônicas (impostas pelo governo), além dos conflitos que envolveram a construção da Hidrelétrica Itaipu e as desapropriações dos moradores das áreas atingidas pelas águas.

Dessa forma, coube a esta pesquisa analisar o posicionamento do jornal sobre essas questões levantadas, principalmente sobre as "vozes" que aparecem no jornal e os sujeitos atingidos diretamente pelas ações da ditadura e representados pelo periódico em questão.

Para desenvolver esta análise, partiremos da concepção gramsciana do jornal atuando enquanto um aparelho privado de hegemonia, concepção esmiuçada nas abordagens de Edmundo Dias (1996) e Virginia Fontes (2010), desenvolvida no primeiro capítulo deste trabalho.

Compreendemos que o jornal se insere em um processo histórico, portanto, para a compreensão das abordagens do jornal tornou-se necessário nos aprofundarmos em leituras que tratam do período compreendido nos anos de distensão, da passagem do regime militar para a democracia burguesa e os elementos que permearam este momento. Para tal, utilizei autores como Bernardo Krucinski, David Maciel, Virginia Fontes e Sonia Regina Mendonça, abordados no segundo capítulo.

É importante pensar que *Nosso Tempo* atuou também na constituição de uma perspectiva contra-hegemônica, distanciando-se da visão difundida pela mídia empresarial, de um governo militar que foi "bom para o Brasil", ocultando a miséria, a superexploração, as mortes e torturas.

Apesar das dificuldades financeiras enfrentadas pelos editores para a produção do jornal, este abarcou muitos leitores que puderam constituir uma

visão sobre a ditadura diferente da visão que se busca fazer oficial, reafirmada pelos órgãos de poder.

Este trabalho é resultado da preocupação histórica de levar em consideração versões alternativas sobre um determinado acontecimento, introduzindo a "voz" de quem sofreu diretamente com as consequências geradas por este acontecimento, como as presentes no jornal, e não apenas reduzindo os fatos as decisões políticas e administrativas, que constituem um discurso oficial.

FONTES

```
Jornal Nosso Tempo. Sítio online:< http://www.nossotempodigital.com.br/>
NOSSO TEMPO, Ed.1, 3 de dezembro de 1980
NOSSO TEMPO, Ed.2, 10 de dezembro de 1980
NOSSO TEMPO, Ed. 3, 17 de dezembro de 1980
NOSSO TEMPO, Ed. 4 24 de dezembro de 1980
NOSSO TEMPO, Ed 6, 18 de fevereiro de 1981
NOSSO TEMPO, Ed.7, 21 de janeiro de 1981
NOSSO TEMPO, Ed.19 15 de abril de 1981
NOSSO TEMPO, Ed.20, 29 de abril de 1981
NOSSO TEMPO, Ed. 21, 6 de maio de 1981
NOSSO TEMPO, Ed.22, 13 de maio de 1981
NOSSO TEMPO, Ed. 26, 17 de junho de 1981
NOSSO TEMPO, Ed.30, 22 de julho de 1981
NOSSO TEMPO, Ed.32 (charge)
NOSSO TEMPO, Ed.43, 26 de fevereiro de 1982
NOSSO TEMPO, Ed. 49, 30 de julho de 1982
NOSSO TEMPO, Ed.50, 20 de agosto de 1982
NOSSO TEMPO, Ed. 53 (charge)
NOSSO TEMPO, Ed. 55, 29 de Outubro de 1982
NOSSO TEMPO, Ed.58, 15 de janeiro de 1983
NOSSO TEMPO, Ed. 61, 10 de março de 1983
NOSSO TEMPO, Ed. 74, 23 de junho de 1983
NOSSO TEMPO, Ed. 78, 21 de julho de 1983
NOSSO TEMPO, Ed.88, 30 de setembro de 1983
NOSSO TEMPO, Ed. 100, 23 de dezembro de 1983
NOSSO TEMPO, Ed. 102, 20 de janeiro de 1984
NOSSO TEMPO, Ed. 107, 24 de fevereiro de 1984
NOSSO TEMPO, Ed. 111, 23 de marco de 1984
NOSSO TEMPO, Ed. 119, 18 de maio de 1984
NOSSO TEMPO, Ed. 128, 20 de julho de 1984
NOSSO TEMPO, Ed. 129, 27 de julho de 1984
NOSSO TEMPO, Ed.131, 10 de agosto de 1984
NOSSO TEMPO, Ed. 146, 23 de novembro de 1984
NOSSO TEMPO, Ed. 152, 18 de janeiro de 1985
```

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIAS, Edmundo. **Hegemonia**: racionalidade que se faz história. In. O outro Gramsci. 2° ed. São Paulo: Xamã, 1996.

FONTES, Virginia M. **O Brasil e o capital-imperialismo**. 2.ed. Editora UFRJ. Rio de Janeiro, 2010.

FONTES, Virgina Maria; MENDONÇA, Sonia Regina de. História do Brasil recente: 1964-1992. 4.ed. Atica, São Paulo, 2004.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere vol 3. Edição e tradução. Carlos

Nelson Coutinho; Co-edição, Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

KUCINSKI, Bernardo. **Abertura:** A história de uma crise. São Paulo: Brasil Debates, 1982.

MACIEL, David. A Argamassa da Ordem: da ditadura militar à Nova República (1974-1985). São Paulo: Xamã, 2004.

SILVA, Carla. "Grande imprensa brasileira: Ditadura apagada e Democracia forjada" In: KOLING, Paulo José (et al. orgs.). *Estado e Poder: Ditadura e Democracia*. Cascavel/PR: Edunioeste, 2011. (p. 71-95).

SOUZA, Aparecida Darc. **Formação Social e Econômica de Foz do Iguaçu:** Um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970 – 2008). São Paulo, 2009.